

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS
LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

LEONARDO BARBOSA MENEZES

**A ESCOLA NA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO DE DROGAS COM FOCO NO
TRABALHO DE DOCENTES DE CIÊNCIAS EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS**

Águas Lindas de Goiás - GO
2024

**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO
NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☐ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☒ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Leonardo Barbosa Menezes

Matrícula: 20211140050318

Título do Trabalho: A ESCOLA NA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO DE DROGAS COM FOCO NO TRABALHO DE DOCENTES DE CIÊNCIAS EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2 ou 3**, marque a justificativa:

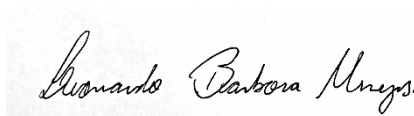
- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Águas Lindas, 29/01/2024.



Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

LEONARDO BARBOSA MENEZES

**A ESCOLA NA PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO DE
DROGAS COM FOCO NO TRABALHO DE DOCENTES DE
CIÊNCIAS EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Licenciado do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Águas Lindas de Goiás, desenvolvido na linha de pesquisa Educação.

Orientador(a): Prof.(a). Dra. Alice de Barros Gabriel

Coorientador(a): Prof.(a). Dra. Maraisa Bezerra Lessa

Águas Lindas de Goiás - GO
2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Menezes, Leonardo Barbosa.

M543e A escola na prevenção do uso indevido de drogas com foco no trabalho de docentes de ciências em Águas Lindas de Goiás. [manuscrito] / Leonardo Barbosa Menezes. – 2024. 65 f.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Águas Lindas de Goiás.

Orientadora: Profa. Dra. Alice de Barros Gabriel.

Coorientadora: Profa. Dra. Maraisa Bezerra Lessa

1. Ensino de Ciências. 2. Prevenção às drogas. 3. Proibicionismo. I. Gabriel, Alice de Barros. II. Lessa, Maraisa Bezerra. III. Título.

CDD: 371.78

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Myriam Martins Lima – CRB-1: 3582, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Câmpus Águas Lindas de Goiás.



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS ÁGUAS LINDAS

TERMO DE APROVAÇÃO

LEONARDO BARBOSA MENEZES

A ESCOLA NA PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS COM FOCO NO TRABALHO DE
DOCENTES DE CIÊNCIAS EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Câmpus Águas Lindas de Goiás como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas, desenvolvido na linha de pesquisa Educação sob a orientação da Profa. Alice de Barros Gabriel e co-orientação de Profa. Maraisa Bezerra Lessa.

Aprovado em 18 de setembro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

(assinado eletronicamente)

Profa. Alice de Barros Gabriel
Orientadora

(assinado eletronicamente)

Profa. Maraisa Bezerra Lessa
Co-orientadora

(assinado eletronicamente)

Prof. Antônio Cláudio de Araújo Júnior
Docente do Departamento

(assinado eletronicamente)

Prof. Paulo Alves da Silva
Docente do Departamento

Documento assinado eletronicamente por:

- Maraisa Bezerra Lessa, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 19/09/2024 10:08:41.
- Paulo Alves da Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 19/09/2024 08:47:07.
- Antonio Claudio de Araujo Junior, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 19/09/2024 08:45:01.
- Alice de Barros Gabriel, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 19/09/2024 08:39:21.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/09/2024. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 564106
Código de Autenticação: 201dd5c614



Meu estado de espírito sintetiza estes dois sentimentos [otimismo e pessimismo] e os supera: sou pessimista com a inteligência, mas otimista com a vontade. Em cada circunstância, penso na hipótese pior, para pôr em movimento todas as reservas de vontade e ser capaz de abater o obstáculo.

(Antonio Gramsci)

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral investigar quais paradigmas de prevenção ao uso de psicoativos permeiam o ambiente escolar e o trabalho de docentes de Ciências em Águas Lindas de Goiás. Como objetivos específicos, busca mensurar como as estratégias adotadas pelo município se efetivam e incidem sobre a atuação desses (as) docentes em sala de aula. A fim de alcançar tais objetivos, a metodologia combinou pesquisa bibliográfica, onde foi possível discutir o papel da escola no enfrentamento ao uso indevido de drogas, e trabalho de campo, com o intuito de realizar um breve diagnóstico sobre a atuação de docentes de Ciências nas escolas de fundamental II em Águas Lindas de Goiás. A pesquisa bibliográfica foi realizada por meio dos buscadores *Scielo* e *Google Acadêmico*, a partir das palavras “prevenção”, “drogas” e “escolas”. O trabalho de campo foi realizado por meio de um questionário direcionado aos (as) docentes de Ciências que atuam no Fundamental II em Águas Lindas de Goiás. De acordo com os dados, os cursos de licenciatura não oferecem formação adequada para preparar os (as) docentes para abordar a temática em sala de aula. A formação continuada, embora ofertada em anos anteriores, parece não ter alcançado número expressivo de profissionais. Na visão dos (as) docentes, a escola tem o papel de acolher os (as) estudantes com uma abordagem integral e não repressiva e afirmam, em sua maioria, abordar aspectos sociais relacionados à temática. Entretanto, observa-se, entre os (as) profissionais, uma ampla inclinação à abordagem com aspectos biológicos. Nota-se, ainda, maciça atuação de setores da Segurança Pública em ações esporádicas e/ou pontuais nas escolas, e menção menos expressiva, por parte dos (as) docentes, a outras estratégias de promoção da saúde como o Programa Saúde na Escola e a Redução de Danos.

Palavras-chave: Prevenção às drogas; Ensino de ciências; Águas Lindas de Goiás; Proibicionismo; Redução de danos.

ABSTRACT

The main goal of this Final Paper is to investigate which paradigms of psychoactive substance prevention permeate the school environment and the work of Science teachers in Águas Lindas de Goiás. It also aims to assess how the strategies adopted by the municipality are implemented and influence the performance of these teachers in the classroom. To achieve these objectives, the methodology combined bibliographic research, which allowed for a discussion of the school's role in addressing drug misuse, and fieldwork, aimed at conducting a brief diagnosis of the performance of Science teachers in middle schools in Águas Lindas de Goiás. The bibliographic research was conducted using *Scielo* and *Google Scholar* databases, with the search terms “prevention,” “drugs,” and “schools.” The fieldwork involved a survey directed at Science teachers working in the 6th to 9th grades (Fundamental II) in Águas Lindas de Goiás. According to the data, teacher training programs do not provide adequate preparation for addressing this topic in the classroom. Although continuing education courses were offered in previous years, they do not appear to have reached a significant number of professionals. From the teachers' perspective, schools have the role of welcoming students with a comprehensive and non-repressive approach. Most teachers report addressing social aspects related to drug use, although there is a strong tendency among them to focus on biological aspects. Furthermore, there is noticeable involvement of Public Security sectors in sporadic and/or targeted actions within schools, while teachers make fewer references to other health promotion strategies such as the School Health Program (Programa Saúde na Escola) and Harm Reduction (Redução de Danos).

Key-words: Drug use prevention; Science Education; Águas Lindas de Goiás, Brazil; Prohibitionism; Harm Reduction

LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1 – A sua escola desenvolve ações de enfrentamento às drogas?	34
Gráfico 2 – Se sim, quais ações a sua escola costuma desenvolver?.....	35
Gráfico 3 – Assinale as alternativas que mais se aproximam da sua abordagem em relação às drogas na escola.....	38
Gráfico 4 – Assinale as alternativas que mais se aproximam da sua visão sobre o papel da escola no enfrentamento às drogas.....	38
Gráfico 5 – Você estudou sobre drogas durante seu curso de graduação em ciências?.....	39
Gráfico 6 – Você estudou o papel da escola no enfrentamento às drogas durante o seu curso de licenciatura?.....	40
Gráfico 7 – Se sim, como chegaram essas orientações?.....	40
Gráfico 8 – Você trabalha aspectos sociais em relação ao uso de drogas nas aulas de ciências?.....	41
Quadro 1 – Está previsto conteúdos sobre drogas nas turmas de ciências que você leciona?.....	36
Quadro 2 – Você consegue trabalhar os conteúdos sobre drogas nas turmas de ciências que você leciona?.....	36
Quadro 3 – Quais dificuldades e caminhos possíveis você identifica na sua escola em relação às drogas?.....	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 BREVE HISTÓRICO DO USO DE DROGAS NO BRASIL	7
2 PANORAMA MODERNO DAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO BRASILEIRAS	9
3 A PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA ...	14
4 A PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS	24
5 A PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS.....	29
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A – Questionário	51

INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu a partir de uma inquietação pessoal no que concerne ao paradigma das drogas. Minhas experiências com diferentes substâncias psicoativas durante a adolescência e fase adulta desencadearam um processo de uso abusivo e dependência química. As consequências foram danos à saúde, prejuízos de ordem afetiva, emocional, material, financeira, judicial, os diversos afastamentos do convívio familiar para tratamento em comunidades terapêuticas e a interrupção da formação acadêmica. Após longo processo de rearranjos internos e externos, os objetivos de retomar os estudos e concluir um curso de graduação efetivaram-se após o ingresso no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – IFG - Câmpus Águas Lindas, proporcionando o alcance de um ideal que havia sido interrompido pelo envolvimento com drogas. Mais do que isso, através das variadas abordagens e temas desenvolvidos ao longo da graduação, pude refletir sobre as diversas contradições que envolvem a temática das drogas e questionar a eficácia das estratégias preventivas hegemônicas. Como docente de Ciências em formação e consciente do papel desempenhado por estes (as) profissionais junto às escolas, surgiu o interesse por descobrir quais os caminhos mais assertivos que objetivam prevenir que outros (as) jovens tenham experiências similares às minhas.

Sobre o território analisado, constata-se que Águas Lindas de Goiás se expandiu sem um processo de organização e planejamento se comparado ao entorno do Distrito Federal. Não obstante, ainda ostenta insegurança, baixos salários, precarização das relações de trabalho, sistema de mobilidade urbana deficiente e falta de acesso ao lazer. Tais indicadores constituem fatores que podem aumentar as chances de um (a) adolescente se envolver com drogas – que segundo a Organização Mundial da Saúde –, são substâncias que atuam sobre o cérebro modificando seu funcionamento, podendo provocar alterações no humor, na percepção e no comportamento, sendo um potencial causador de diversos prejuízos.

Dessa forma, este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral investigar quais os paradigmas de prevenção ao uso de drogas permeiam o ambiente escolar e o trabalho de docentes de Ciências em Águas Lindas de Goiás. Como objetivos específicos, busca mensurar como as estratégias adotadas pelo município se efetivam e incidem sobre a atuação desses (as) docentes em sala de aula. A fim de alcançar tais objetivos, a metodologia da pesquisa combinou pesquisa bibliográfica, realizada por meio

dos buscadores *Scielo e Google Acadêmico* – a partir das palavras "prevenção, "drogas" e "escolas" –, e trabalho de campo, através de questionário direcionado aos (as) docentes de Ciências, com o intuito de realizar um breve diagnóstico sobre a atuação destes (as) profissionais. A combinação permitiu o diálogo entre os trabalhos científicos já produzidos e os dados fornecidos pelos (as) docentes do município, possibilitando identificar a presença de estratégias de caráter proibicionista-repressor, em paralelo às ações de promoção da saúde, subsidiando apontamentos no sentido de superação de modelos autoritários, em direção às práticas baseadas em saúde, educação, proteção e fortalecimento da autonomia dos (as) estudantes.

1 BREVE HISTÓRICO DO USO DE DROGAS NO BRASIL

A utilização de recursos da natureza para fins de alteração sensorial pelos seres humanos ocorre desde as comunidades mais remotas. Seu uso adquiriu diversas formas ao longo do tempo, sendo amplamente observado em contextos religiosos e terapêuticos – alívio da dor, estimulante -, ou simplesmente de forma recreativa (TORCATO, 2015; MOREIRA; VÓLVIO; MICHELLI; 2015).

As grandes navegações e o expansionismo colonial europeu induziram mudanças profundas nas Américas, na medida em que a exploração dos recursos naturais e da força de trabalho intensificaram-se na busca desenfreada por riquezas. Assim, observou-se uma reconfiguração no campo dos psicoativos, uma vez que estes adquiriram caráter global, conforme sustenta Torcato (2016, p. 36-37):

Pela primeira vez, territórios em diferentes partes do mundo se interligam economicamente a partir da ótica da acumulação de capitais dos países centrais em detrimento das regiões periféricas e semiperiféricas. Essa interligação teve fundamental importância na disseminação de alguns psicoativos ao longo de todo o globo terrestre.

Ainda de acordo com Torcato, a colonização do Brasil colocou em evidência um produto que não é considerado droga, mas que representa um marco nesse processo: o açúcar. Trazido pelos portugueses, o cultivo da cana-de-açúcar prosperou devido às condições territoriais favoráveis e a força de trabalho escravo utilizada. Nesse contexto, havia a produção da *cachaça*, destilado de cana, que adquiriu notoriedade econômica em exportação, sendo utilizada ainda, como moeda de troca para aquisição de escravos advindos do continente africano. Outro produto que apresentou *status* econômico foi o tabaco, atingindo elevado volume comercial naquele período. Além da cachaça e do tabaco, produtos que conhecemos hoje como ilegais, também foram cultivados no período colonial. Entre eles, a *Cannabis sativa*, introduzida tanto por portugueses quanto africanos escravizados, sendo que estes últimos, que a utilizavam em raros momentos de descanso, experimentaram o proibicionismo por parte dos colonizadores, que trataram de associar seu consumo a degeneração e a preguiça (TORCATO, 2016).

A partir do século XX, observam-se novas formas de lidar com o uso de psicoativos, demandadas por diferentes contextos socioeconômicos e culturais no mundo todo. Em meados de 1945, durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, popularizou-se o uso de anfetamina – droga sintética – entre soldados, para reduzir o cansaço (RIBEIRO, 2005). Na segunda metade deste século, nos países ocidentais, o consumo entre os jovens

caracterizou-se por uma forma de contestação ao modelo capitalista e às suas imposições sociais, embora carregasse também aspectos individuais. Nos anos 1960, nos Estados Unidos, que experimentava uma economia efervescente, observa-se o movimento *hippie*, ampliando o aspecto de contestação.

Um novo estilo de vida aliado à crítica e oposição aos modelos vigentes exerce influência no Brasil, acentuando o consumo de maconha entre jovens de classe média no Rio de Janeiro. Nos anos 1980, explode o tráfico e o consumo de *cocaína*, sendo este período representado pelo declínio da economia brasileira, que acabara de escancarar os malefícios da ditadura militar, deixando o país afundado em altos índices inflacionários e o consequente aumento do empobrecimento (PASSOS; SOUZA, 2011). No final dessa década percebe-se a chegada do *crack* (derivado da pasta de coca) em São Paulo, adquirindo crescente demanda nos anos 1990 (RAUPP; ADORNO, 2011).

Atualmente, observa-se uma enorme quantidade de substâncias, entre legais e ilegais, acessadas e utilizadas por jovens de todas as camadas sociais. Dados do *VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio*, de escolas públicas e privadas, de 2010, apontaram que as drogas mais utilizadas foram álcool (60,5%), tabaco (16,9%) e solventes (8,7%) (BRASIL, 2010). O álcool se destaca entre adolescentes pois, além de ser uma substância disponibilizada legalmente - amplamente difundida pela propaganda que a associa ao prazer e bem-estar -, possui fácil acesso, ainda que a legislação proíba a venda a menores de dezoito anos (COELHO; MONTEIRO, 2019). Não obstante, o uso do tabaco ainda se estabelece como objeto de preocupação mundial – tendo em vista seu alto risco de doenças -, e mais recentemente por seus derivados bastante consumidos entre adolescentes como o narguilé e o cigarro eletrônico (MALTA et. al, 2022).

2 PANORAMA MODERNO DAS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO BRASILEIRAS

O uso indevido e o abuso de álcool e outras drogas pelos adolescentes pode acarretar uma série de consequências como danos à saúde, conflitos familiares e queda do rendimento escolar e sabe-se que quanto mais cedo se dá a experimentação, mais possibilidades de problemas podem ocorrer (ALBERTANI, 2014). Esse entendimento fez com que as sociedades buscassem maneiras de enfrentar as demandas impostas e elaborar estratégias de prevenção.

Na década de 1970, crianças das classes mais pobres eram encaradas como propensas à delinquência, estendendo às suas famílias a culpabilização por situações de vulnerabilidade, evidenciando-se uma postura preconceituosa e estigmatizante (CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2014). Em 1979 é criado o Código de Menores, buscando alternativas integradas às famílias, porém sem muitas modificações com relação às estigmatizações. Somente no final dos anos 1980, levantamentos epidemiológicos começaram a esclarecer a realidade do consumo no Brasil. Assim, foi possível estabelecer a dicotomia entre duas estratégias, sendo uma fundamentada no senso-comum em contraposição a outra ancorada em pesquisas. Tais levantamentos indicaram que o senso-comum possuía uma visão distorcida sobre a realidade nacional, pois acreditava na existência de um padrão de uso desenfreado na sociedade, principalmente de substâncias ilícitas. Ao mesmo tempo, identificou-se que o uso de psicoativos não era altamente disseminado na sociedade e nem que havia prevalência do consumo de substâncias ilícitas, mas sim lícitas (NOTO; GALDURÓZ; NAPPO, 2014). Essas duas perspectivas, em alguma medida, estão presentes no imaginário da população até os dias atuais.

O estigma das crianças mais pobres começou a mudar a partir da Constituição de 1988 e com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, influenciados pelos movimentos civis a fim de garantir os direitos das crianças e adolescentes. O ECA inova ao assegurar legalmente a esse público a proteção pela família, sociedade e Estado, em ações conjuntas (CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2014). Além disso, o ECA provoca uma mudança de paradigma no sentido de inverter a lógica do adolescente potencialmente problemático para lançar luz às condições sociais que induzem desajustes (SUDBRACK; DALBOSCO; PEREIRA, 2015). Assim, foi possível estabelecer estratégias que começaram a romper com práticas de exclusão e marginalização no Brasil.

Em 2002, foi instituída a Política Nacional Antidrogas, por meio do Decreto nº.4345/2002, revisada em 2005 e mudando sua nomenclatura para Política Nacional Sobre Drogas (BRASIL, 2021). Tal mudança de nomenclatura foi importante pois o termo antidroga possuía viés proibicionista. Essa política visa concentrar esforços na redução da demanda e da oferta de drogas e preconiza planejamento e articulação intersetorial na busca desses objetivos. Em 2006 foi aprovada Lei n. 11.343/06 (Lei de Drogas), destacando em suas diretrizes aspectos relevantes para a prevenção que a aproximam de um caráter educativo, sugerindo que as estratégias sejam amparadas em cientificidade, interdisciplinaridade, contextualização e valorização dos indivíduos e suas particularidades. A Lei também avançou no sentido de diferenciar usuários e traficantes e no entendimento de que o tratamento para usuários e dependentes não seja centrado no encarceramento (DUARTE; DALBOSCO, 2014).

Historicamente, é possível observar a construção de uma sociedade em constantes tensionamentos sociais, sendo permanentemente disputada por posicionamentos que contribuem ora para a manutenção de certas práticas, ora para mudanças (ARAÚJO, 2014). Sob a perspectiva do uso de psicoativos, constata-se esforços no sentido de implementação de políticas públicas que buscam romper com modelos estigmatizantes e autoritários, abrindo o leque da prevenção em direção a estratégias baseadas em educação e saúde. No entanto, isso não fez com que aqueles que se orientam pelo proibicionismo retrocedessem. Seus argumentos foram apenas sendo reelaborados e disseminaram-se através do senso-comum.

Fundamentalmente, o modelo proibicionista-repressivo acredita que os psicoativos são um mal na sociedade, indutores de violências e desajustes familiares, sendo encarados como uma mazela que necessita ser eliminada a qualquer custo. Torcato (2015) cita que o proibicionismo não é uma criação brasileira, mas uma política estadunidense que exerce influência global, inclusive no Brasil, que se consolidou por meio de acordos e convenções. Suas estratégias estão ancoradas numa perspectiva de guerra às drogas, sendo os psicoativos e os indivíduos envolvidos nessa teia, objetos de aniquilação.

Essa chamada guerra às drogas possui dois enfoques: o primeiro diz respeito à oferta, concentrando esforços em reduzir as disponibilidades e o segundo busca reduzir a demanda com objetivos de impedir a experimentação (MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2019). Soares e Jacobi (2000) citam que tais estratégias de combate foram

aplicadas nos Estados Unidos entre as décadas de 1960 e 1980, tendo como seus principais alvos pobres, pretos e imigrantes, e como consequência elevou consideravelmente os índices de encarceramento da população preta e pobre.

Passos e Souza (2011) explicitam esse ideal de guerra às drogas sob uma perspectiva mais abrangente, afirmando que as democracias ocidentais sempre buscaram justificativas ideológicas para legitimar suas práticas. Segundo os autores, se anteriormente o inimigo era o comunismo, agora os vilões são o tráfico e o terrorismo, reconfigurando a lógica da “guerra global”. De acordo com Bucher (2007), para o senso-comum é confortável eleger inimigos, e na perspectiva dos psicoativos, torna-se uma forma de eximir-se da responsabilidade coletiva pelas mazelas que a própria sociedade produz. Ora, ao se propor uma breve análise do processo colonial nas Américas, constata-se em sua gênese a prática da dominação de povos originários e africanos (CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA, 2020). No Brasil, é possível observar sua continuidade nos tempos pós abolição, onde se evidencia um aparato repressivo à “população pobre, ex-escravos, vadios e desempregados” (RIBEIRO, 2013 p. 443).

A fim de tentar sensibilizar a população, geralmente retratam usuários - em sua maioria de drogas ilícitas -, em situações de degradação social e como potenciais praticantes de crimes, envolvidos em prostituição ou possíveis portadores de infecções sexualmente transmissíveis. Suas campanhas comumente carregam o *slogan* “*Diga não às drogas*”, evidenciando a ideia de um indivíduo passivo diante de um potencial inimigo devastador, reduzindo a questão a simples aspectos biológicos. A esse respeito Müller, Paul e Santos (2008, p. 610) destacam:

A utilização do discurso “Não às drogas”, que enfatizava os distúrbios e o adoecimento, negligenciava o outro lado do uso de tais substâncias: o prazer que elas proporcionam aos jovens. De que adianta dizer “Não” e ficar de costas aos sentimentos dos adolescentes?

Essa postura do “dizer não” revela-se ineficaz pois, em vez de direcionar os jovens aos “sins da vida”, alteram o foco para o desejo do escondido/proibido e que, embora funcione bem com crianças abaixo dos dez anos de idade, entre adolescentes é insuficiente (BUCHER, 2007).

As críticas ao modelo repressivo-proibicionista miram nas suas contradições, já que essa abordagem insiste em desconsiderar toda a dinâmica do uso de psicoativos ao longo dos tempos, em que tais substâncias representaram variados significados em diferentes épocas e contextos. Ao desconsiderar essa dinâmica histórica, o modelo

repressivo-proibicionista parte da possibilidade de construção de uma sociedade livre de drogas. Além disso, comumente se utilizam de métodos aplicados em outros países sem levar em consideração as particularidades locais.

Nessa perspectiva, é possível constatar que as estratégias alinhadas ao ideal de guerra às drogas inevitavelmente associam-se a aspectos violentos e bélicos, fazendo com que seus desdobramentos consequentemente sigam a lógica da violência (PASSOS; SOUZA, 2011). Assim, o modelo proibicionista-repressivo apresenta-se limitado e anticientífico, podendo ser considerado inadequado e ineficaz (MÜLLER; PAUL; SANTOS, 2008).

Como alternativa à intervenção proibicionista e repressora, surge na Europa a estratégia da Redução de Danos (RD), que com base no entendimento que as drogas sempre estiveram presentes na sociedade e que, portanto, é impossível uma sociedade livre delas, busca prevenir os danos causados. Por meio de abordagens preventivas, alia educação e saúde, onde o objeto de atenção é o indivíduo e não a droga (MOREIRA; VÓLVIO; MICHELLI; 2015). Essa proposta foi aplicada primeiramente no Brasil em 1989 pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, na conjuntura da prevenção ao HIV entre usuários de drogas injetáveis (SODELLI, 2010). A estratégia foi duramente reprimida pelos apoiadores do modelo proibicionista-repressor, acusando seus idealizadores de promoverem o uso de drogas. Isso se deu porque a RD não apresentava o ideal de eliminação das drogas e nem possuía a abstinência total como meta exclusiva. Antes, assumiu a realidade de que na impossibilidade de abstinência integral, deve-se concentrar esforços em minimizar os riscos dos abusos (COELHO; MONTEIRO, 2019). Posteriormente, a RD assume protagonismo, principalmente por fazer um contraponto às práticas autoritárias (PASSOS; SOUZA, 2011).

Partindo dessa perspectiva da redução de danos, atualmente, as estratégias consideradas cientificamente como promissoras adotam o conceito de promoção da saúde, no sentido de promover hábitos de vida saudável associados aos direitos humanos. Um marco nesse processo foi a Carta de Ottawa, apresentada na Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada no Canadá, em novembro de 1986, que descreve a paz, a habitação, a educação, a alimentação, a renda, o ecossistema sustentável, os recursos sustentáveis, a justiça social e a equidade como pré-requisitos indispensáveis para a saúde (BRASIL, 1986). Este posicionamento representou uma revolução na área saúde, já que saúde passou a ser entendida não somente como ausência de doenças, mas

vista como produto de diferentes determinantes e condicionantes sociais, fazendo com que o ser humano seja visto sob uma perspectiva integral. Na lógica da prevenção, os preceitos da área da saúde passaram a se conectar com as necessidades da educação, tornando-se adequado o conceito de educação integral, ou seja, de que no processo educativo a atenção multifatorial é essencial para o alcance dos objetivos (SIMÕES et al., 2014).

A partir dos elementos históricos é possível constatar uma estreita relação entre consumo de psicoativos e contexto social, fator que reforça a necessidade de estratégias de caráter abrangente. Assim, ao se falar em prevenção atualmente, é preciso levar em consideração as questões sociais que estão conectadas a fatores políticos e econômicos, em contextos específicos, compreendendo suas particularidades (CASTELO; RIBEIRO; ROCAMORA, 2020).

3 A PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Historicamente, a necessidade de espaços educacionais formalizados atende à uma demanda social que busca o desenvolvimento dos indivíduos. Além disso, depois da família, a escola representa o espaço seguinte necessário à convivência em comunidade (ARAÚJO, 2014). Sabendo-se que o abuso de álcool e outras drogas pelos adolescentes pode acarretar uma série de consequências no âmbito da saúde e das relações sociais, a escola se apresenta como o espaço ideal na atenção aos possíveis fatores que possam desencadear envolvimento com psicoativos. E isso se evidencia, por exemplo, através de baixo rendimento, faltas ou evasão (MACEDO et. al, 2020; BUCHER, 2006).

O protagonismo das escolas na prevenção torna-se mais evidente pelo fato de constituírem locais de permanência para crianças e adolescentes por longos períodos, como também são espaços protetivos fundamentais para o desenvolvimento dos indivíduos. Como as substâncias lícitas são bastante consumidas no ambiente familiar e por toda a sociedade, esse tema, embora muitas vezes tabu, se torna presente na escola - que constantemente abre espaço para que práticas e vivências em saúde se efetivem -, o terreno ideal para debate e conscientização (COELHO; MONTEIRO, 2019). Além disso, o período compreendido como adolescência representa um momento de grandes transformações. Há mudanças hormonais significativas, descobertas e comportamentos relativos à sexualidade e ao interesse por experimentações – entre estas, os psicoativos (ACSELRAD, 2005). Considera-se, assim, como um estágio de fundamental importância na prevenção ao uso indevido de drogas, sendo propícia a identificação de fatores que possam colocá-los em risco ou protegê-los (SCHENKER; MINAYO, 2005).

Sobre a inserção da prevenção nas escolas, observa-se que a partir dos anos 1970, a temática aparece em disciplinas específicas, embora não exclusivas, de Educação Moral e Cívica e Ciências Físicas e Biológicas, e desde então, passou por diversas transformações (SILVA; COELHO, 2022). Canoletti e Soares (2005) afirmam que antes dos anos 1990, poucas pesquisas foram desenvolvidas, relegando o tema a intervenções esporádicas. Nesse contexto, as autoras mencionam a epidemia de HIV/AIDS, em que os programas de prevenção ao contágio pelo vírus preocuparam-se com a utilização de drogas injetáveis, já que o compartilhamento de seringas por parte dos usuários configurava-se como potencial disseminador da doença. Em um segundo momento, insere-se um olhar ao usuário de drogas, em paralelo às medidas de controle da epidemia de HIV/AIDS.

Concomitante à escassez de trabalhos científicos, a partir dos anos 1990 privatizações do ensino e ideais neoliberais contribuem para o empobrecimento do debate sobre as drogas e o colocam em segundo plano diante das prioridades da educação (SILVA; COELHO, 2022). Isso porque a economia de caráter neoliberal - em sua sanha por efetivar o *capital* e a defesa de um Estado Mínimo, que enfraquece às assistências sociais -, se beneficia da guerra às drogas na medida em que, na justificativa de combate implacável ao tráfico e o consumo, imprime sua violência cotidiana como forma de controle da sociedade (PASSOS; SOUZA, 2011). Sobre esse aspecto, Carlini-Cotrim e Pinsky (1989) destacam que as estratégias proibicionistas-repressivas possuem caráter conservador e apontam para uma espécie de exacerbação do controle social. De maneira mais aprofundada, Bucher e Oliveira (1994, p. 142) descrevem essa forma de controle:

Insistindo sobre a passividade como inevitável - implicando em negar qualquer possibilidade de autonomia pessoal – incentiva-se como conceito adicional toda uma desmobilização social. É como se, diante da "ameaça das drogas", o cidadão, "por sua ingenuidade e incapacidade de defesa", precisasse da intervenção reguladora das autoridades benevolentes e "competentes".

No campo educacional, isso se materializa numa espécie de terror moral, objetivando a abstinência total como única alternativa (MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2019). As abordagens concentram-se na concepção de que o uso está intimamente relacionado a delitos, gestação precoce, exposição a infecções sexualmente transmissíveis, desajustes familiares, entre outros e, portanto, deve ser combatido através de posturas autoritárias. De acordo com essa ideia, o jovem que faz uso situa-se ora como delinquente, ora como vítima de um agressor externo, sendo incapaz de fazer escolhas assertivas de forma autônoma (BUCHER, 2007).

As estratégias proibicionistas, ao se utilizarem de um discurso reducionista em relação aos possíveis prejuízos, enfatizam a queda do rendimento escolar e a baixa produtividade como consequências. Evidentemente, estes fatores podem estar associados ao consumo, porém, ao centralizá-los, empobrecem o debate e reduzem os objetivos, deixando clara a pretensão de um modelo de educação fundamentado no cumprimento irrestrito de normas e regras que visam somente adequar os estudantes a plena capacidade de desempenhar sua função no mercado produtivo (ACSELRAD, 2005) e não considera a integralidade do ser e os problemas sociais que tangenciam a existência. Sobre esta postura nas escolas, Arroyo (1988) destaca que a partir da segunda metade do século XX, as classes econômicas brasileiras mais influentes trataram de disseminar na sociedade o

ideal tecnicista e o desencorajamento às questões culturais pertinentes, deixando assim evidente um sistema educacional descolado da realidade apresentada, ainda que essa se mostrasse escancarada.

Com a finalidade de propor políticas públicas voltadas para a prevenção e orientar os jovens, programas educacionais foram implementados em parceria com o Ministério da Educação. No âmbito da saúde, destacam-se o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), de 2003, e o Programa Saúde na Escola (PSE), de 2007, que surgem em prol de uma educação voltada para a qualidade de vida. Entre os objetivos destacam-se o enfrentamento das vulnerabilidades, contribuições para uma formação integral, prevenção ao HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis, prevenção ao uso de drogas e aos principais problemas de saúde do território, por meio da articulação entre instituições educacionais e estabelecimentos de saúde (SIMÕES et. al, 2014). Vale destacar que o Programa Saúde na Escola ainda hoje configura-se como uma estratégia de prevenção importante por conta da estreita relação saúde-educação.

Embora tenha havido avanços nas políticas públicas voltadas para uma melhor compreensão do uso de psicoativos e da prevenção, as ideias proibicionistas-repressivas, sem base científica, ainda prevalecem em muitos espaços. Conforme apontam Moreira, Vólvio e Micheli (2015, p. 121), "de modo geral, há consenso social sobre o fato de que as drogas representam um mal que precisa ser "extirpado", sendo esse argumento a base para ações de prevenção ancoradas em modelos repressivos". Essa perspectiva, pautada no senso comum, ainda é frequentemente empregada por grupos de ordem moral/religiosa que se apropriam de um caráter maniqueísta (bem e mal, certo e errado) que se revela problemática, pois dissemina-se com certa facilidade e contribui para desviar o foco da real necessidade que o tema demanda. Isso não significa, entretanto, uma oposição incondicional à religião – que exerce influência significativa para muitas pessoas –, mas que no ambiente escolar, especialmente da rede pública de ensino, preza-se por não se utilizar de elementos que se aproximem da ordem moral (CARDIA, 2009).

A presença do senso-comum sobre o uso de drogas no cotidiano escolar foi destacada através de pesquisa robusta desenvolvida por Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay, que culminou na publicação do livro “Drogas nas escolas”, em 2002. As autoras, através de pesquisa sistematizada em várias capitais do Brasil, traçaram um panorama sobre a prevenção no contexto escolar e as estratégias adotadas, entrevistando discentes, familiares, docentes e integrantes do corpo técnico e pedagógico. Neste

trabalho são apontados elementos intrínsecos ao debate da prevenção do uso de drogas nas escolas e entre os atores envolvidos destaca-se a família. Estas são geralmente apontadas pelo corpo docente como “desprovidas” de autoridade e que os jovens necessitam de efetivo controle a fim de evitar as más companhias. Nota-se uma constante culpabilização das famílias, responsáveis e amigos pelo envolvimento de jovens com psicoativos, ao passo que a própria escola não está disposta a fazer autocrítica (ABRAMOVAY; CASTRO, 2002).

É notório que as escolas constantemente reafirmam a necessidade de aproximação das famílias e a importância da parceria. Entretanto, Sudbrack, Dalbosco e Pereira (2015) afirmam que essa relação está muitas vezes atrelada à desconfiança e julgamentos prévios, de ambas as partes, fazendo com que a parceria não se efetive na prática. Assim, Bucher (2007) aponta para a necessidade de uma interação efetiva, onde a escola atue como complementadora das práticas familiares. Esteban (2006), Silva, Cruz e Falcão (2019) contribuem para o debate afirmando que é necessário que as instituições educacionais se aproximem das necessidades do território. De acordo com os autores, a escola deve ter em mente que o atendimento aos estudantes e familiares das escolas públicas compreende essencialmente as camadas populares. Logo, uma maneira mais adequada de estreitar os laços de confiança seria alinhar as estratégias pedagógicas à realidade dessas camadas.

Este posicionamento representa o afastamento da permanente adoção da lógica da culpabilização ou do inimigo a ser combatido, que encontra apoio entre os defensores dos modelos repressivos. Estes se eximem de enfrentar o debate abrangente sob a ótica econômica, social e individual, contribuindo para esconder a ausência de um Estado que não cumpre a tarefa de garantir direitos básicos e necessários em um país extremamente desigual (MOREIRA; VÓLVIO; MICHELLI, 2015; CANOLETTI; SOARES, 2005).

Todavia, observa-se, ainda, ampla resistência por parte de instituições e profissionais em adotar estratégias que rompam com os modelos repressivos. Isso se deve ao fato de que temas emergentes como as “drogas” ainda sejam encarados com receio, preconceito ou restrito a determinados grupos. É importante destacar, também, que a inclinação para os modelos repressivos por parte de muitos profissionais nas escolas é produto de um processo de décadas que se instala no Brasil através de potências hegemônicas, por meio da guerra às drogas. Sendo assim, é compreensível que haja receio e temor por parte dos docentes em adotar e assumir estratégias que vão na direção contrária dessa hegemonia (ACSELRAD, 2005). Além disso, a falta de esclarecimento

sobre o assunto no ambiente escolar faz acreditar que tais demandas devam ser direcionadas às áreas médicas (SOARES; JACOBI, 2000; SILVA; BODSTEIN, 2016). Longe de significar exceção, abordagens de caráter moralista-repressivo tem sua representatividade, tanto extra quanto intraescolar e, sob esta ótica, configuram-se como empecilho aos modelos de prevenção baseados em saúde e educação.

A adoção de estratégias repressivas reduz o tema e favorece estigmatizações, frequentemente lançando mão de materiais de cunho sensacionalista e amedrontador e com a perspectiva de eliminação das drogas – notadamente as ilícitas. Este posicionamento contém em si aspectos bastante contraditórios. Uma breve reflexão sobre as causas de determinadas substâncias classificadas como drogas possuírem aporte legal e livre comercialização, em detrimento de outras que se tornaram alvo de intensas perseguições por parte de um Estado que emprega cifras milionárias para o seu combate, revela que as ideias repressivas oferecem abordagens pouco confiáveis e carentes de cientificidade. Torcato (2014, p. 59) delimita algumas de suas contradições:

O crescente poder do tráfico de drogas, a corrupção policial, os altos índices de homicídio e o genocídio da população pobre e negra gera dúvidas sobre a viabilidade do modelo proibicionista. A superlotação carcerária, em grande parte, existente por causa das leis de drogas, é a evidência mais latente do colapso do sistema de justiça criminal do país. Não existe nem mesmo uma justificativa plausível, do ponto de vista farmacêutico, da proibição de algumas substâncias e outras não. O destilado de cana, liberado, é desse ponto de vista incomparavelmente mais prejudicial do que a maconha, que é proibida. Do ponto de vista da saúde pública, menos ainda.

É facilmente observável que determinadas substâncias são tratadas de maneiras distintas em diferentes sociedades, sendo ilegais em umas e legalizadas em outras. Não obstante, diferentes psicoativos possuem potenciais distintos, podendo acarretar problemas ou não, o que inviabiliza a narrativa do senso-comum que acredita que todo envolvimento com droga é um caminho sem volta (ALBERTANI, 2014). Isso demonstra que o enfrentamento ao uso indevido de drogas não consegue ser realizado de maneira eficaz sob uma ótica conservadora e simplista.

Entretanto, é possível constatar que os modelos repressivos se utilizam do senso-comum e do reducionismo por ser um caminho mais fácil, já que evitam se debruçar sobre as raízes dos problemas sociais que envolvem aspectos como concentração de riquezas e consequente aumento das desigualdades, altas taxas de desemprego, precarização das relações de trabalho, déficit habitacional e marginalização, entre outros, que inevitavelmente estão associados ao abuso de substâncias. No entanto, seria reducionista

relacionar o uso indevido de psicoativos somente aos aspectos econômicos, dada a complexidade dos eventos sociais e as demandas individuais envolvidas (BUCHER, 2007), revelando que o debate sobre a prevenção deva ser abrangente, haja vista que não há soluções simples para questões complexas. Reconhecer as dinâmicas de consumo, os mitos das diferentes formas de envolvimento, as possibilidades de evolução de uso recreativo à dependência ou não, são de suma importância para aqueles que precisam elaborar e aplicar ações de prevenção (SCHENKER; MINAYO, 2005).

Sob essa ótica fica clara a distinção das estratégias de prevenção que buscam uma abordagem mais abrangente, em detrimento dos modelos repressivos que não dialogam ou reduzem a importância dos diferentes aspectos individuais, sociais e territoriais, e uniformizam os sujeitos em organismos passivos diante de um potencial objeto escravizador. O interesse dos indivíduos por substâncias capazes de provocar alterações sensoriais até poderia ser encarado sob uma ótica universalista, no entanto suas formas de uso necessitam ser pormenorizadas tendo em vista os diferentes cenários aos quais elas se inserem (TORCATO, 2016). Assim, Soares e Jacobi (2000, p. 214) tecem algumas considerações ao afirmar que;

O estudo da prevenção relacionada ao uso de drogas e dirigida aos adolescentes tem natureza interdisciplinar, o que implica levar em consideração os três pólos envolvidos nesse processo: a droga utilizada, o contexto histórico e cultural e a classe social a que pertence o adolescente, sem perder de vista suas características singulares – de personalidade e trajetória de vida.

Em relação à prevenção que busca fundamentar suas ações em estudos e contrariando as abordagens repressivas, a estratégia da Redução de Danos (RD) apresenta-se como uma alternativa. Na abordagem da RD têm-se uma visão realista do consumo de psicoativos, ou seja, de que não é possível eliminá-los, mas que existem possibilidades reais no intuito de reduzir os danos causados pelos excessos (MACEDO et. al, 2020). Assume-se, então, o compromisso da prevenção e do cuidado, na medida em que os objetivos não estão atrelados somente à abstinência, mas também ao apoio no sentido de minimizar as consequências do uso abusivo (COELHO; MONTEIRO, 2019).

Müller, Paul e Santos (2008) abordam a importância dos modelos de “atenção em saúde” na prevenção e alertam para a dicotomia entre o modelo hegemônico - fundamentado na perspectiva biomédica e com foco na doença -, em detrimento do modelo de redução de danos que possibilita o oferecimento de alternativas, educação e promoção da saúde. Ainda nesse sentido, as autoras alertam para a abertura aos agentes

extraescolares na realização de eventos que promovam a prevenção às drogas, afirmando que, embora agentes externos sejam uma alternativa confortável frente a demanda das instituições educacionais, em muitos casos eles se apresentam em caráter eventual ou ainda como abordagem predominante, e chamam a atenção para a possibilidade de afastamento das responsabilidades pelo corpo docente.

Sobre esses agentes extraescolares, o mais popularizado, sem dúvidas, chama-se Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD), aplicado pela Polícia Militar, cujo currículo é fundamentado no programa estadunidense *Keepin' it Real* (KiR), implantado em 1992, no Rio de Janeiro (CAVALCANTE, 2019). O programa passou por modificações ao longo dos anos, e atualmente é aplicado nas escolas brasileiras em sua versão *Drug Abuse keepin' it REAL* (DARE-kiR). Embora bastante conhecido, Valente et. al (2022 p. 4186) avaliam que a versão brasileira, aplicada por policiais, apresenta poucas evidências de eficácia e tecem considerações:

No caso do PROERD, parece que não houve adaptação cultural, mas apenas tradução para o português. A falta de adaptação cultural do PROERD para a realidade brasileira foi considerada como a principal hipótese para explicar os efeitos negativos do programa na prevenção ao uso de drogas.

Em uma única escola há expressiva variedade de culturas e representações individuais e familiares e bairros periféricos e abastados apresentam materialidades e necessidades muito distintas. Isso demonstra quão distante pode ser a realidade entre países, corroborando os estudos que apontam que sem adaptação adequada, é duvidosa a eficácia do programa (SOARES; JACOBI, 2000). Não obstante, a presença de policiais em sala de aula apresenta posicionamentos ambíguos por parte dos docentes, uma vez que em muitos casos consideram-se as intervenções como de caráter opressor (MACEDO et. al, 2020; MOREIRA; VÓLVIO; MICHELI, 2015). Sobretudo, estudos mostram que agentes extraescolares, muitas vezes, adentram o espaço escolar numa relação verticalizada e não articulada com o corpo docente (ROCHA; MARCELO; PEREIRA, 2002).

Não obstante, é preciso abordar a diversidade de agentes extraescolares de acordo com seus papéis. Pesquisas apontam que o sucesso das estratégias preventivas ocorre quando se visa o “controle da redução da oferta e ações de redução da demanda” (SUDBRACK; CONCEIÇÃO; RAMOS, 2014 p. 75). Ora, é evidente que a escola não lida diretamente com a questão da diminuição da oferta, já que essa se encontra no âmbito

da segurança pública. Já sobre a demanda, uma variedade de setores contribui de maneira significativa, compreendendo educação, saúde, assistência, justiça, entre outros. Dessa forma, torna-se notória a necessidade de atuação da segurança pública, principalmente em relação as difíceis realidades nas quais a escola pode estar inserida. No entanto, o que se pretende aqui é a inversão de uma postura centrada em controle e verticalização, em direção a uma articulação no sentido de proteção e prevenção, especialmente no que se refere ao papel da escola.

Nesse sentido, Sudbrack, Conceição e Ramos (2014) propõem a adoção do conceito de “escola em rede”. Sob essa perspectiva, as instituições apresentam-se como parte de uma rede mais abrangente, onde é possível integrar os diferentes setores que complementam as ações de prevenção nas escolas, numa relação de parceria. Dentre os atores envolvidos destacam-se família (familiares de alunos, funcionários, professores), comunidade (líderes comunitários, religiosos, ONGs, comerciantes), saúde (Atenção Básica, Centros de Referência de Álcool e Drogas, Hospitais) e segurança pública (Ministério Público, Batalhão Escolar, Conselho tutelar). Juntos, compõem uma teia que possibilita aproximar os educandos aos ideais de uma escola promotora da saúde, visando um ambiente saudável, em prol de uma educação integral, acolhendo os indivíduos e envolvendo a comunidade a partir de uma perspectiva holística (ROCHA; MARCELO; PEREIRA, 2002). Tais ações são importantes tanto para a escola quanto para a comunidade, que se beneficia dos seus resultados (SUDBRACK; CONCEIÇÃO; RAMOS, 2014).

Tais apontamentos estão atrelados aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que preconiza que crianças e adolescentes são seres em desenvolvimento que devem ter seus direitos e proteção assegurados. Assim, a escola cumpre seu papel de garantir educação e proteção social, com objetivos de uma educação voltada para a prevenção e consequente redução da demanda pelo uso de psicoativos (SUDBRACK; CONCEIÇÃO; RAMOS, 2014).

A adolescência representa um período de profundas mudanças em relação ao desenvolvimento humano, sendo assim, considera-se um momento de atenção a fatores que possam desencadear riscos ao consumo de drogas (SCHENKER; MINAYO, 2005). Dessa forma, orienta-se que as ações preventivas tenham como objetivo contribuir na redução dos fatores de riscos e fortalecimento dos fatores de proteção que evitem o uso de drogas (SENAD, 2009).

Fatores de risco referem-se a situações capazes de aumentar as chances de um adolescente usar psicoativos (BORGES; SUDBRACK; ALMEIDA, 2014). Entre os diversos fatores indutores de riscos para os adolescentes destacam-se baixo nível socioeconômico, conflitos familiares, escassa oportunidade de trabalho, decepções amorosas, entre outras, abrangendo tanto aspectos pessoais como sociais (CARDOSO et. al, 2013; SANCHEZ et. al, 2004). Bucher (2007) cita diversos outros como predisposição à depressão, personalidade desestruturada e danos materiais, e afirma a importância de se levar em consideração estes elementos nas estratégias de prevenção. Por outro lado, os fatores de proteção são aqueles que possuem a capacidade de desencorajar os adolescentes a assumir comportamentos de risco (BORGES; SUDBRACK; ALMEIDA, 2014). Sanchez et. al (2004) citam fatores protetores importantes como: a presença da família, a atenção aos laços de amizade dos adolescentes, a participação em grupos de acolhimento e informação adequada sobre drogas. Schenker e Minayo (2005) sugerem que seja adotado o compromisso da *proteção*, no sentido de que em meio as adversidades, os (as) educadores (as) estejam comprometidos (as) em proporcionar a esses jovens, através de estratégias norteadoras; saúde, acolhimento e encorajamento no sentido de dar autonomia para que se possa tomar decisões mais saudáveis.

Assim, é possível contrabalancear a ideia do senso-comum de que a adolescência representa um período somente de exposição às vulnerabilidades (algo que evidentemente não deve ser negligenciado), mas que também possui enorme potencial à construção de uma identidade positiva, reforçando seus talentos e habilidades, fatores importantes na transição à fase adulta (RONZANI; SILVEIRA, 2014; ALBERTANI, 2014).

Schenker e Minayo (2005) ressaltam que embora seja comum associar os riscos – inerentes à vida humana – a eventos capazes de ameaçar o bem-estar e a saúde, deve se levar em consideração que a predisposição de um adolescente em correr riscos abrange uma série de motivações, como por exemplo, a busca pelo prazer. Dessa forma, Sudbrack, Dalbolsco e Pereira (2015) contribuem de maneira significativa para o debate, ao esclarecer que os fatores de risco não constituem elementos imutáveis, mas condições passíveis de superação. Cardoso et. al (2013) reiteram que nas estratégias de prevenção a mera informação não é suficiente, sendo necessário dotar os adolescentes de habilidades para a identificação dos fatores de risco e as saídas que apontam para a proteção, fazendo com que, dessa forma, sejam capazes de tomar decisões assertivas frente a situações de vulnerabilidade.

É importante destacar, também, que atualmente existem peculiaridades no âmbito da prevenção, a depender do público envolvido. O senso comum acredita que todo uso é potencialmente nocivo e que invariavelmente desaguará numa relação de dependência, portanto faz-se necessário destacar os diferentes enfoques preventivos. A abordagem direcionada a pessoas que nunca fizeram uso, ou em idade propensa a iniciação, chama-se prevenção primária. Entre aqueles que já fizeram uso denomina-se prevenção secundária, com objetivos de intervir para que essa relação não se torne problemática ou abusiva. Por fim, entre pessoas que apresentam uso problemático, a prevenção terciária indica que os esforços são direcionados a evitar que se torne uma relação de dependência (SODELLI, 2010). Essa diferenciação se faz necessária pois os modelos que visam o rompimento com formas de violência e repressão sustentam que as estratégias devam contemplar os diferentes aspectos envolvidos.

Diante disso, revela-se de grande importância o protagonismo das escolas, haja vista a avalanche de mitos e paradigmas que envolvem o consumo de psicoativos. Além disso, a escola é considerada local privilegiado à proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes. Torna-se necessária a formação de educadores que atuem como promotores da saúde, utilizando-se de recursos embasados em conhecimento científico. Nesse sentido, reivindica-se a superação da escola que representa exclusivamente um espaço conteudista - de aplicação de normas e regras que moldam os estudantes -, na direção de uma pedagogia que atue nas subjetividades e na construção de sentidos e valores (MACEDO et. al, 2020). Destaca-se, ainda, a necessidade de que as ações preventivas estejam incluídas no projeto pedagógico escolar, pois desse modo, é estabelecido um compromisso dos profissionais das instituições, visando o não abandono e a continuidade dos programas de prevenção (SILVA; LEITE, 2013).

4 A PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS

Os cursos de licenciatura contêm diversas disciplinas que devem habilitar os (as) professores (as) às demandas curriculares, todavia quando se trata de temas mais específicos como drogas, não há no processo formativo uma orientação adequada (CARDIA, 2003). Moreira, Vólvio e Micheli (2015) apontam que, em geral, os (as) docentes possuem conhecimento científico para abordar os aspectos farmacológicos referentes a efeitos e ações dos psicoativos no organismo, porém, quando se trata de aspectos relacionados às motivações dos indivíduos, ainda imperam conceitos de ordem moral.

Os (as) professores (as) de Ciências assumem protagonismo, uma vez que essa temática está presente nos livros didáticos de Ciências e nas abordagens que esta disciplina proporciona, sendo de grande potencial para as estratégias preventivas (CAVALCANTE, 2019). Entretanto, cabe salientar que este protagonismo deve ser absorvido com cuidado, uma vez que a ênfase dada aos aspectos químicos e biológicos (RIBEIRO, 2006) – que pode favorecer estigmatizações ao apontar, por exemplo, indivíduos que fazem uso ocasional como “fracos” -, acabam por legitimar o paradigma repressivo-punitivo (TORCATO, 2014). Além disso, este pode ser um fator de isolamento para os docentes, tanto no sentido de exclusividade da narrativa - efetivando “relações de poder” -, ou quando os demais profissionais entendem que o domínio da temática deva ser somente da área de Ciências Biológicas (ACSELRAD, 2005; ARAÚJO, 2014).

Dessa forma, Coelho e Monteiro (2019) apontam que a eficácia da prevenção está atrelada à superação do enfoque farmacológico e toxicológico, sendo necessária a interação com diferentes saberes. Todavia, segundo Torcato (2014) há uma exclusão das ciências humanas e sociais no debate, frequentemente delimitado a área das Ciências da Saúde, e nas escolas, ainda mais especificamente, direcionada aos (as) docentes de Ciências e Biologia (CAVALCANTE, 2019). Nascibem e Viveiro (2006) atribuem esse distanciamento a uma ideia de Ciência que se estabeleceu como detentora da verdade e de um conhecimento exclusivista, afastando todo e qualquer saber popular, acrescentando que a continuidade desse posicionamento condena o ensino de Ciências à desconexão com a realidade dos indivíduos.

Já foram destacadas, neste trabalho, as deficiências das estratégias repressivas (COELHO e MONTEIRO, 2019), pois fundamentam-se na perspectiva irreal de eliminação das drogas, além do que suas abordagens se utilizam do aprendizado passivo

(MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2006), algo que se apresenta pouco convidativo aos adolescentes. Essa postura carrega uma série de problemas do senso-comum, promove estigmatizações e, não raro, flerta com o determinismo biológico (NICOLA; SILVA 2021). Evidentemente, versar acerca dos potenciais efeitos sobre o organismo e suas prováveis consequências são necessários e intrínsecos à temática, todavia constitui apenas um dos elementos a serem abordados. Torcato (2016) problematiza esse aspecto ao citar que na lógica da biomedicina, a simples relação entre organismo e psicoativo são insuficientes para explicar a complexidade dos eventos sociais. Em suas considerações a respeito da dependência, Torcato (2016 p.23) afirma:

Um dos fatores que explicaria o paradoxo da construção da dependência seriam as circunstâncias sociais. Pessoas chateadas ou em situação de miserabilidade tem maior tendência para buscar estados alterados de consciência. Animais em cativeiro, por exemplo, gostam mais de se intoxicar que os que estão livres. É possível pensar que a própria civilização é uma espécie de cativeiro. Depois da revolução neolítica, a maioria das pessoas passou a se inserir em sociedades opressivas. As drogas seriam armas contra a condição humana, ferramentas contra a prisão do cotidiano.

Cabe destacar também que a ideia simplista sobre a problemática da dependência dissemina-se na sociedade fundamentalmente através da mídia, impressa ou televisiva, que geralmente aborda o uso de drogas ilícitas em seu caráter amedrontador e sensacionalista (SOARES; JACOBI, 2000). Utilizando-se de imagens de usuários em casos extremos e famosos que se tornaram dependentes, expondo sua situação degradante e reforçando a ideia do senso-comum - que acredita numa gradação -, onde psicoativos mais leves necessariamente levariam ao uso de produtos mais pesados e que o simples envolvimento acarretaria dependência (OLIVEIRA; SOARES, 2013). Um outro aspecto midiático que merece destaque se refere a própria lógica de estímulo exacerbado ao consumo, que através de *marketing* exaustivo é capaz de acessar as subjetividades dos consumidores, sendo as drogas lícitas e ilícitas também parte de uma demanda que atende as necessidades subjetivas dos indivíduos (PASSOS; SOUZA, 2011).

Sabe-se que a possibilidade de um adolescente se tornar dependente e ter prejuízos decorrentes de abusos aumenta à medida em que a exposição aos psicoativos se torna mais frequente e em maiores quantidades. Porém, há diferenças entre indivíduos em contextos sociais distintos, revelando que somente a oferta não constitui fator determinante para a dependência (SCHENKER; MINAYO, 2005). Nessa perspectiva, deve-se levar em consideração que a relação dos jovens com psicoativos envolve também

a busca pelo prazer, sendo ingênuas as estratégias de prevenção e enfrentamento que enfatizam somente os possíveis danos. Sobre esse aspecto do prazer - que engloba o “sistema de recompensa cerebral” -, dificilmente as ações de prevenção se propõem a dialogar de maneira clara (RONZANI; SILVEIRA, 2014 p. 26). Porém, não deve ser negligenciado caso se pretenda direcionar os estudantes para outras atividades que sejam mais prazerosas que o uso de psicoativos (ACSELRAD, 2005).

Outro equívoco frequentemente notório nas estratégias repressivas é subestimar a capacidade crítica dos jovens. É facilmente constatável que as experiências dos adolescentes com determinadas substâncias e as relações com seus pares muitas vezes emitem mensagens contrárias àquelas de caráter amedrontador. O uso de álcool em reuniões familiares ou o consumo de maconha e seus efeitos demonstrados pelos amigos, por exemplo, podem contrastar com relatos alarmistas, fazendo com que abordagens autoritárias e reducionistas percam sua credibilidade (SOARES; JACOBI, 2000). É nesse sentido que tais estratégias podem apresentar efeito iatrogênico (quando o resultado é contrário ao esperado).

Silva e Leite (2013) propõem que a superação desses paradigmas no processo de ensino-aprendizagem compreende a assimilação dos conceitos apreendidos vinculados aos fenômenos do cotidiano, alcançando, dessa forma, o interesse dos (as) estudantes. Assim, é possível que a prevenção no ensino de ciências possa assumir uma postura no sentido de superar a ênfase biomédica, se utilizando de abordagens ampliadas, numa perspectiva do ser humano pautada em aspectos “biopsicossociais” (FONSECA, 2006 p. 44).

Nesse prisma, surge a necessidade da interdisciplinaridade, abrangendo disciplinas das áreas de humanas e sociais, as quais acrescentam à prevenção um rol de ferramentas a serem utilizadas em conjunto com alunos, familiares e comunidade (RONZANI; SILVEIRA, 2014). Dessa maneira, aproxima-se daquilo que é preconizado pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) – modelo de orientação para a qualidade no Ensino Fundamental –, que sugere a transversalidade para temas sociais que necessitam de abordagens mais abrangentes (SILVA; LEITE, 2013). As orientações dos PCN para o ensino de temas transversais são; Ética, Saúde, Meio Ambiente, Orientação sexual, Pluralidade Cultural, Trabalho e Consumo. Além disso, os PCN também estabelecem eixos temáticos a serem trabalhados nas Ciências Naturais como Terra e Universo, Vida e Ambiente, Ser Humano e Saúde e Tecnologia e Sociedade (BRASIL,

1998). Nessa linha, Coelho e Monteiro (2019) dialogam sobre a transversalidade nas Ciências Naturais ao proporem, por exemplo, que o uso de *álcool* possa ser abordado sobre diferentes aspectos como; relação entre álcool e direção e embriaguez dos jovens em festas à temas como biocombustíveis, fermentação alcoólica, efeitos no organismo, entre outros, explorando a criatividade e criticidade dos jovens.

Estes apontamentos sugerem uma aproximação de conceitos de Ciências e Biologia à temas emergentes. É possível abordar, por exemplo, elementos com potencial de causar desequilíbrios para a espécie humana (utilizando os fatores de risco) – em grande parte provocados pela mesma -, como mudanças climáticas e suas incontáveis consequências, desastres ambientais, poluição dos solos e rios, excesso de agrotóxico nos alimentos etc., que constituem agressões à qualidade de vida das populações. Ora, é facilmente constatável que os psicoativos também podem compor essa teia de perturbações ambientais e sociais (BUCHER, 2007), apresentando-se como uma temática propícia a debates e diálogos bastantes diversificados em sala de aula.

Botto (2007 p. 23) apresenta uma maneira interessante de abordar o tema em aula expositiva, ao escrever no quadro diferentes elementos que podem estar presentes no cotidiano como; açúcar, sexo, cocaína, dinheiro, cerveja, religião, entre outros, e solicitar que os estudantes os classifiquem em colunas denominadas “remédio”, “lazer”, “droga”, “veneno” etc. A autora salienta que a atividade permitiu que os alunos problematizassem esses elementos através de um diálogo produtivo, abrindo possibilidades de reconhecer possíveis equívocos. Atividades como essa, inclusive, trazem à tona elementos cotidianos que podem constituir riscos, como por exemplo, dirigir e se envolver em um acidente, fazer sexo desprotegido e contrair alguma infecção ou até mesmo a realidade de que os humanos poluem o planeta. São práticas e situações com potencial de causar danos ou não. Sodelli (2010) expõe esse aspecto ao afirmar que assim como diversos outros fatores capazes de causar prejuízos não podem ser eliminados de a existência cotidiana como andar de carro, fazer sexo ou poluir o planeta – mas antes buscam-se meios de mitigá-los através de políticas públicas e campanhas educativas – se torna mais coerente e realista abordar a prevenção ao uso indevido de psicoativos sob estes aspectos. Este enfoque permite a abertura ao diálogo entre elementos cotidianos e fatores de risco e proteção, tão importantes na prevenção (SCHENKER; MINAYO, 2005).

Questões sociais como estilo de vida nos grandes centros aliado a competição extrema, o individualismo em detrimento do coletivo (ACSELRAD, 2005), excesso de

alimentos ultra processados e a necessidade constante de consumo cada vez maior – abrangendo também aspectos subjetivos e emocionais (CARDIA, 2009) - são de suma importância e ampliam o escopo das intervenções (MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2019; PASSOS; SOUZA, 2011). Estes elementos colocados em evidência no ambiente escolar possibilitam a abertura à criticidade frente ao leque de situações cotidianas que permeiam a vida de todos.

Pode-se afirmar, então, que nesse ínterim, cria-se um ambiente favorável ao fazer preventivo, que em vez de combater os psicoativos, faz refletir sobre as mazelas que induzem a oferta e a demanda, sob um olhar crítico com relação ao estilo de vida contemporâneo (SUDBRACK; CONCEIÇÃO; RAMOS, 2014; COSTA, 2023). Nesse aspecto, a prevenção em ciências consegue desvincular-se dos modelos tradicionalistas que encaram o consumo de psicoativos de forma similar a uma doença infecciosa, onde o psicoativo é o agente etiológico (causador da doença) e o ser humano o hospedeiro definitivo, vulnerável e necessitado de alguma espécie de imunização (ACSELRAD, 2005). Essa mudança de paradigma contempla estratégias consideradas promissoras pelos principais autores que abordam a prevenção e o enfrentamento, apontando para um modelo “sistêmico” que reconhece a dinâmica de envolvimento dos adolescentes com psicoativos sob aspectos globais e multifatoriais (SCHENKER; MINAYO, 2005).

Concernente às ações de prevenção no ambiente escolar no ensino de ciências, sugere-se que estas se aproximem daquilo que se entende por educação para a saúde, onde a exposição da temática seja de maneira clara, realista, sem espantalhos, sem subestimar ou valorizar os usos, numa relação não verticalizada, prezando o diálogo e a criticidade dos adolescentes – que de acordo com suas constatações cotidianas -, são plenamente capazes de identificar exageros e superficialidades, caso contrário, corre-se o risco de perda da credibilidade (COELHO; MONTEIRO, 2019; BUCHER, 2007).

Nesse prisma, a proposta da redução de danos (RD) assume destaque. A RD surge com “enfoque educativo-preventivo” (COELHO; MONTEIRO, 2019 p.3) e entende que a melhor estratégia é a não experiência com psicoativos, mas acredita que na impossibilidade da abstinência, é necessário imprimir esforços para minimizar os riscos do envolvimento (MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2006). A RD assume, então, o caráter pedagógico, pois busca envolver os estudantes através de ações educativas, acolhimento, valorização dos sujeitos e seus saberes e experiências e estímulo à participação ativa e em grupo (SILVA; LEITE, 2013). Na escola, estes aspectos se tornam

palpáveis através da arte, esporte, inserção de grupos minoritários e melhora do ambiente educacional, apontando para um estilo de vida saudável (MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2006; MOREIRA; VÓLVIO; MICHELI, 2015).

É importante salientar que a RD associada a prevenção primária (entre aqueles que ainda não fizeram uso) eventualmente pode causar estranheza, pois nessa forma de intervenção o público ainda não teve experiência com psicoativos. A defesa da RD na prevenção primária reside no fato de que ela apresenta um contraponto ao modelo proibicionista, que acredita numa sociedade livre de drogas e orienta a dizer “não” simplesmente porque droga é ruim (SODELLI, 2010). Esse aspecto é fundamental para a inserção da RD, pois se o proibicionismo emprega todos os seus esforços em impedir que se faça o uso, quando ele ocorre o que acontece? É necessário considerar que o consumo pode já estar presente entre alguns adolescentes, portanto o enfrentamento deve ser de forma realista (ALBERTANI, 2014).

Assim, a RD se aproxima daquilo que se entende por prevenção baseada em saúde e educação, considerando que as drogas fazem parte das sociedades desde os tempos imemoriais, não sendo possível erradicá-las ou acabar com o desejo das pessoas de experimentarem. Dessa forma, os psicoativos não são um mal a ser eliminado, mas um tema de saúde pública, que deve levar em consideração aspectos econômicos, culturais e individuais e voltados para o “desenvolvimento de habilidades sociais”, educando os estudantes para que sejam capazes de desenvolver autonomia e tomada de decisões (CANOLETTI; SOARES 2005; SODELLI, 2010; MOREIRA; SILVEIRA; ANDREOLI, 2019 p. 809).

Os materiais utilizados em sala de aula também são um aspecto importante nesta dinâmica, destacando-se aí o livro didático, ferramenta constantemente utilizada. Santos, Medeiros e Medeiros (2022 p .9) após análises das abordagens sobre drogas nos livros didáticos de Ciências, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, no Estado do Rio de Janeiro, entre 2018 e 2020, concluem que embora os livros abordem a temática, ainda carecem de consistência. Segundo os autores;

É muito importante que o tema drogas seja debatido nos anos escolares que contemplam o Ensino Fundamental II, pois estudantes desse segmento fazem parte de uma faixa etária vulnerável. Contudo, é perceptível que há livros didáticos da Educação Básica que não apresentam informações suficientes sobre o tema.

Abordagens reducionistas ou simplesmente informações insuficientes reduzem a eficácia das estratégias e favorecem preconceitos e estigmatizações, fazendo com que as ideias do senso-comum imperem nas discussões. Conforme já mencionado, a prevenção e o enfrentamento representam um campo em disputa, portanto não seria de se admirar que muitos materiais não correspondessem à realidade. No entanto, é possível que tais deficiências sejam contrabalanceadas através da utilização de artigos científicos e notícias de sites confiáveis, uso de tecnologias e jogos orientados pelos docentes (RONZANI; SILVEIRA, 2014).

Essas estratégias estão de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino de Ciências Naturais (BRASIL, 1997) que também preconizam a formação de profissionais de ensino para atuarem na educação sobre drogas. As considerações mais assertivas indicam que o caminho consiste em proporcionar aos educadores formação continuada e aprimoramento, inclusive nas modalidades de ensino à distância, pois sabe-se que muitos profissionais possuem cargas de trabalho extensas (COELHO; MONTEIRO, 2019). Sabendo-se que em muitos casos o livro didático pode apresentar limitações, a formação adequada pode suprir essa lacuna e possibilitar estratégias complementares.

Nesse ínterim, busca encorajar os (as) docentes de Ciências que porventura não possuam conhecimento ou treinamento adequados à temática, a buscar materiais amparados em conhecimento científico, evitando abordagens que historicamente produzem mais violência, discriminação e exclusão. Não se pretende, assim, que sejam colocadas cargas exaustivas aos (as) docentes e nem que eles sejam considerados “salvadores” de um inimigo externo, mesmo porque a prevenção eficaz se constrói coletivamente (ACSELRAD, 2005). Sendo a escola pública um espaço em constante disputa, cabe aos profissionais ocuparem este ambiente em prol de uma educação para e com as classes populares (ESTEBAN, 2007), que vise a emancipação e a democratização, rompendo com os modelos tradicionalistas.

Movimenta-se assim, no sentido de superar o que Paulo Freire (1974) chamou de educação bancária, defendendo que a dinâmica ensino-aprendizagem não deva ser uma simples transferência de conhecimento, mas um processo educativo que envolva a valorização das vivências dos estudantes, suas necessidades, temores, demandas e perspectivas, práticas que vão muito além da compreensão de “sucesso” ou não, atestado pelas notas escolares (BUCHER, 2007). Essa associação ao pensamento de Freire torna-

se adequada à medida em que se evocam as ideias de conceder protagonismo aos jovens, na maioria das vezes silenciados e submetidos à ordem imposta. (OLIVEIRA; SOARES, 2013). Dessa forma, a escola oferece em seu arcabouço não somente a produção científica acumulada, mas também dialoga com a realidade apresentada, fornecendo possibilidades de desenvolvimento nos campos afetivo e social, estabelecendo vínculos de confiança entre docentes, estudantes, família e comunidade (ARAÚJO, 2014).

5 A PREVENÇÃO DO USO DE DROGAS EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

O Município de Águas Lindas de Goiás situa-se no Leste goiano, a cerca de cinquenta quilômetros do Distrito Federal. Anteriormente pertencente ao Município de Santo Antônio do Descoberto, a região conquista sua emancipação em 27 de dezembro de 1995, a partir da Lei estadual nº 12.797. O território, popularmente conhecido como cidade-dormitório - já que grande parcela dos moradores trabalha no Distrito federal, regressando apenas ao final do dia -, percebe um aumento populacional expressivo a partir da construção da rodovia BR-070, que liga as duas cidades (BRASIL, 2018).

Observa-se que o município não vivenciou um processo de planejamento urbano e organização. É possível constatar a imensa quantidade de pessoas que se deslocam diariamente para trabalhar no Distrito Federal (DF), em ônibus abarrotados, num trânsito caótico nos horários de pico. Além disso, grande parte desses trabalhadores ocupa cargos de baixas qualificação e remuneração (BATISTA et. al, 2016). Ao mesmo tempo, há uma parcela da população que trabalha em Águas Lindas de Goiás, em sua maioria na informalidade, com sistema de transporte de ligação aos bairros altamente precarizado. Mello (2013) destaca que a maior parte da comunidade afirma não ter referencial de lazer local, recorrendo constantemente ao DF. Não obstante, ainda acrescenta que mais de 90% afirmam que desejam se mudar da cidade.

Concernente aos jovens de Águas Lindas de Goiás, embora tenha havido progressos nos últimos anos em relação à qualidade do ensino público - como transporte escolar gratuito, merenda e ampliação de escolas de ensino em tempo integral -, ainda se observa um quadro preocupante se comparado ao entorno do DF, revelando que a juventude ainda se encontra em estado de vulnerabilidade social (BATISTA et. al, 2016). Guelati (2015) destaca que a violência e a insegurança são temas centrais para a população e que frequentemente os jovens são apontados como os vilões dessa situação. Sabendo-se que condições socioeconômicas estão relacionadas ao uso indevido ou abuso de álcool e outras drogas, territórios mais expostos às vulnerabilidades sociais demandam mais atenção no que concerne à prevenção (RIBEIRO, 2005).

Nesse sentido, o município tem buscado estabelecer ações de prevenção nos últimos anos. Em 2017, foi instituída a Lei Municipal n. 1299/17, que criou a *Semana de Prevenção ao Crack*. Inserida no calendário escolar, a lei estabelece que sejam desenvolvidas atividades de informação e prevenção ao longo de uma semana, anualmente. O evento conta, entre outros, com palestras da Polícia Militar e exposição de

diversos tipos de drogas, promovida pela polícia civil (ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO, 2017).

Além disso, o PROERD também integra as ações de prevenção nas escolas desde 2002. Melo e Campos (2012) através de pesquisa qualitativa, avaliaram a atuação do programa no município e afirmam que ele apresenta resultados positivos entre aqueles que participaram do programa em comparação com os que não participaram, e que os (as) docentes também apoiam a iniciativa. As autoras acrescentam ainda que há participação da família, ocorrendo principalmente no momento da formatura dos estudantes. Na solenidade que marca o encerramento, os alunos recebem um certificado e proclamam um juramento com o compromisso de se manterem longe de drogas e violência (ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS - GO, 2020) Sobre esse aspecto, vale refletir que é no mínimo curioso que haja esse tipo de juramento, pois conforme mencionado anteriormente, o *slogan* “diga não às drogas” é frequentemente apontado como ineficaz. O PROERD e a Semana de Prevenção ao Crack são iniciativas que buscam responder a uma demanda da sociedade que visa manter crianças e adolescentes longe das drogas, entretanto, a crítica às ações esporádicas reside no fato de elas se mostrarem insuficientes para abarcar as necessidades que a prevenção exige.

Em estudo realizado por meio de entrevista estruturada com docentes e gestores nas escolas de Águas Lindas de Goiás, intitulado *Uso de álcool e outras drogas em escolas públicas: percepção e ações dos professores* (CAVALCANTE, 2019), pôde-se traçar um panorama sobre fatores estruturantes a respeito da abordagem na prevenção ao uso de substâncias psicoativas. Segundo a pesquisa, na análise de percepção, a maioria dos (as) professores (as) entrevistados (as) acreditavam que "os estudantes que faziam uso de álcool e outras drogas eram moralmente fracos", 47,3% disseram que eles "podem ser um perigo para a sociedade" e 97,8% acreditavam que eles "poderiam cometer delitos na sua família" (CAVALCANTE, 2019 p. 34). Ainda de acordo com o estudo, os relatos dos (as) professores (as) indicam que não há no processo formativo docente uma preparação para lidar com a temática da prevenção de forma apropriada, revelando um aspecto amedrontador ao lidar com os episódios de consumo observados em sala de aula. Além disso, a autora destaca que 75,8% do corpo docente possuía vínculo empregatício temporário, fato preocupante que revela a precarização das relações de trabalho.

Em agosto de 2019 o município recebeu o curso semipresencial Saúde e Segurança na Escola, ofertado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em parceria com

a Universidade de Brasília (UnB), apoiados pelo Ministério da Justiça. O curso contou com a participação de professores, profissionais da saúde, e da assistência social e tinha por objetivo a construção de estratégias para a prevenção do uso de substâncias psicoativas e violência nas escolas. Por fim, os (as) participantes apresentaram projetos interventivos, visando o enfrentamento à violência nas escolas com foco na promoção da saúde (IFG, 2020). Lessa (2022, no prelo) afirma que a necessidade de um curso partia da demanda dos educadores em consequência de número expressivo de episódios de violência no ambiente escolar e o tráfico ao redor das instituições. A autora destaca elementos muito comuns nas falas dos docentes quanto ao conhecimento prévio sobre prevenção às drogas, citando relatos de medo, despreparo e expressiva influência conservadora e repressiva nas escolas. Lessa (2022) avalia que o curso impactou positivamente a comunidade, ao mencionar relatos de mudança de mentalidade por parte dos (as) docentes, no sentido de superação do paradigma do medo. Vale destacar ainda que, embora o curso tenha sido aberto para todas as etapas da educação básica, a maioria dos cursistas eram docentes do Fundamental 1, o que aponta indícios de baixo interesse ou apoio da Secretaria Estadual de Educação para a realização de cursos dessa natureza.

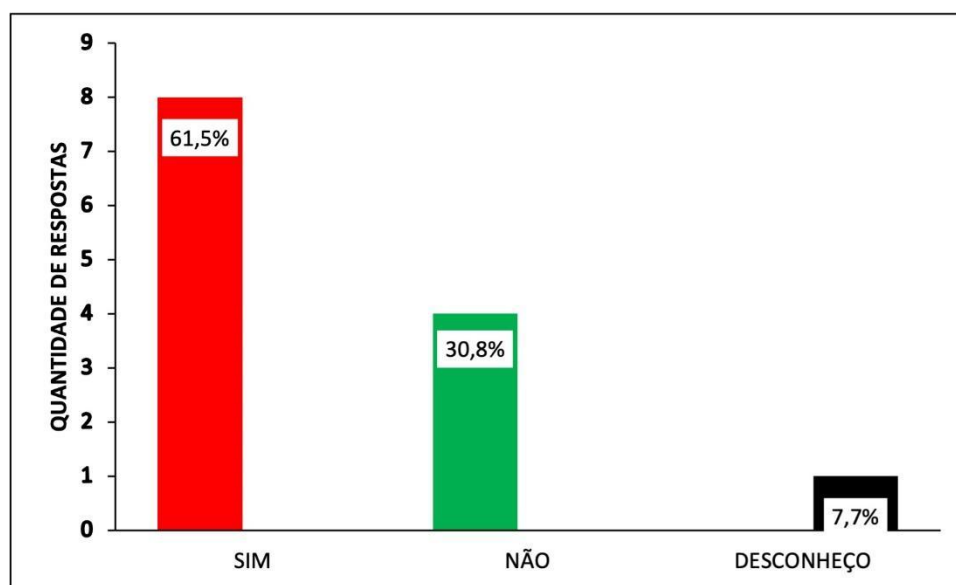
No que se refere a atuação de docentes de Ciências na prevenção do uso de drogas em Águas Lindas de Goiás não foram encontrados trabalhos bibliográficos a respeito. Por isso, foi elaborado um questionário através da plataforma *Google Forms*, disponibilizado para receber respostas durante uma semana, entres os dias 19 e 26 de agosto de 2024. O questionário intitulado *O papel da Escola no Enfrentamento ao Uso Indevido de Drogas com Foco na Atuação de Docentes de Ciências em Águas Lindas de Goiás* foi enviado aos (as) docentes de forma *on-line*, através do aplicativo de mensagens WhatsApp, contando com 12 perguntas, fechadas e abertas. O questionário não passou pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP do IFG, pois foi elaborado a partir da pesquisa bibliográfica e não teria tempo hábil para isso. No entanto, foi enviado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE com todas as informações sobre a pesquisa e o compromisso de não revelar a identidade dos respondentes a fim de assegurar os princípios éticos de uma pesquisa científica.

O questionário teve participação de treze (13) docentes de ciências de um total de dezoito (18) colégios estaduais que ofertam o ensino Fundamental II no município de Águas Lindas de Goiás. Ao todo, foram elaboradas (doze) 12 perguntas, fechadas e abertas. Algumas fechadas, havia mais de uma possibilidade de escolha e/ou eram

seguidas de questões abertas com o intuito de compreender melhor as respostas e possíveis implicações.

A primeira pergunta questionava se a escola que os (as) docentes atuavam desenvolvia ações de enfrentamento às drogas. De acordo com as respostas, oito participantes (61,5%) declararam que sim, quatro declararam que não (30,8%) e um participante (7,7%) declarou que desconhece.

Gráfico 1. A sua escola desenvolve ações de enfrentamento às drogas?

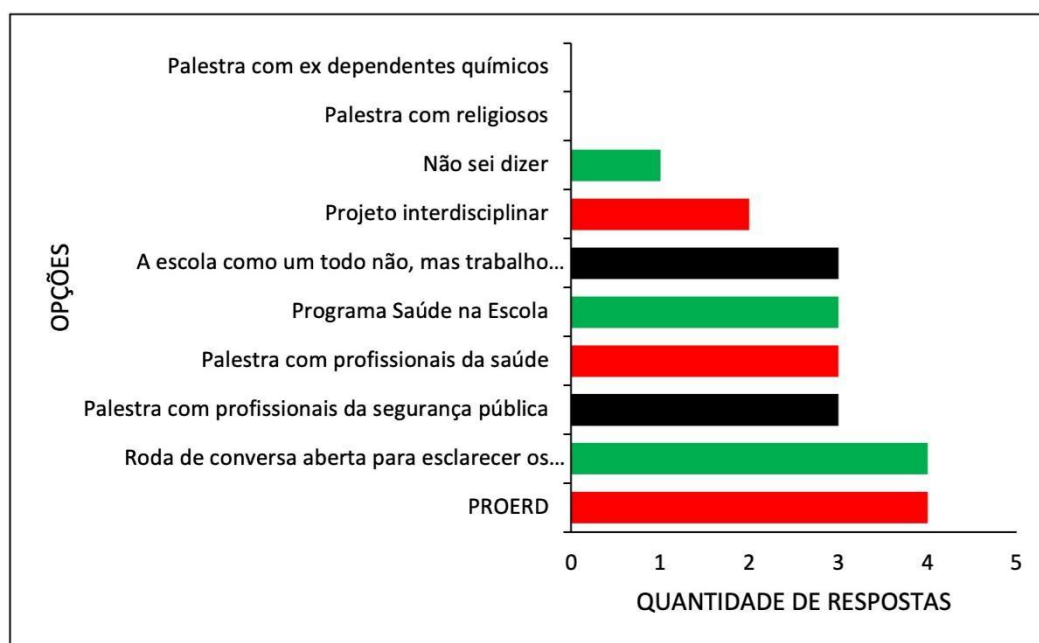


Fonte: O autor

Embora a maioria declare que a escola desenvolve ações de enfrentamento às drogas, este percentual não constitui unanimidade. O fato de alguns (as) docentes afirmarem que não há ações ou desconhecerem sugere algum tipo de incoerência quanto ao alcance das estratégias adotadas pelo município, já que este possui legislação específica, como a Lei Municipal n. 1299/17 (Semana de Prevenção ao Crack) e ela estar inserida no calendário escolar. Entretanto, Cavalcante (2019) já havia observado em sua pesquisa no município que mais de 70% dos (as) docentes eram temporários, revelando vínculos empregatícios muitas vezes com alta rotatividade.

Ainda sobre a pergunta 1, entre os participantes que declararam sim, o questionário perguntava "Se sim, quais ações a sua escola costuma desenvolver"? Conforme observa-se no Gráfico 2.

Gráfico 2. Se sim, quais ações a sua escola costuma desenvolver?



Fonte: O autor

Nessa questão, era possível selecionar mais de uma alternativa. As opções "PROERD" e "Roda de conversa para esclarecer os estudantes sobre o tema" obtiveram quatro (4) respostas. Assim, era de se esperar que o PROERD estivesse no topo, tendo em vista que o programa se estabeleceu ao longo dos anos. Entretanto, "Rodas de conversa" também receber a mesma quantidade de menções que o PROERD indica uma abertura ao diálogo entre docentes e estudantes. Sobre esse aspecto, Silva e leite (2013) reforçam a importância de atividades em grupo como forma de estímulo à participação ativa, possibilitando a abertura à criticidade dos estudantes. As alternativas "Palestras com profissionais da segurança Pública", "Palestras com profissionais da saúde", "Programa Saúde na Escola" e "A escola como um todo não, mas trabalho esse conteúdo nas aulas de Ciências" receberam três menções. Embora considerada estratégia promissora, o Programa Saúde na Escola recebeu poucas menções se comparado ao PROERD. Coutinho et. al (2017) salientam que embora o Programa Saúde na Escola seja uma boa alternativa por conta da estreita relação entre saúde e educação, ainda encontra dificuldades de se efetivar nas escolas devido ao paradigma biomédico, ainda muito

presente nas instituições. A alternativa "Projeto interdisciplinar" recebeu duas (2) menções e "Não sei dizer" apenas uma (1). Os dados referentes a estas alternativas menos citadas constituem objeto de atenção. Frente aos direcionamentos das pesquisas que indicam a necessidade da interdisciplinaridade, que proporciona às ações de prevenção ferramentas mais abrangentes, a falta desse tipo de estratégia delimita o sucesso das abordagens. As opções "Palestra com ex-dependentes químicos" e "Palestra com religiosos" não foram marcadas. A ausência de citação entre essas alternativas pode representar uma recusa por parte das escolas, de Águas Lindas de Goiás, em abrir espaço a grupos que muitas vezes se alinham ao senso-comum e ao proibicionismo.

Os (as) profissionais também foram perguntados com relação aos conteúdos (questões 3 e 4) sobre drogas e se conseguem abordar a temática em sala de aula, conforme destacado nos quadros 1 e 2.

Quadro 1.

Pergunta	Sim	Não	Desconheço	Se sim, quais os conteúdos?
3. Está previsto conteúdos sobre drogas nas turmas de ciências que você leciona?	76,9%	15,4%	7,7%	- Drogas ilícitas e não ilícitas. - Prevenção e conscientização com o uso de drogas. - Drogas e suas ações no sistema nervoso. - Drogas ilícitas no oitavo ano. - Sistema nervoso e drogas - A ação das drogas no Sistema Nervoso. - Tinha no projeto saúde na escola. - Sistema Nervoso - Influência das drogas e psicoativos no SN.

Quadro 2.

Pergunta	Sim	Não	Às vezes	Se sim, quais conteúdos?	Se não, por quê? Quais dificuldades você enfrenta?
				- Prevenção quanto ao uso de drogas. - Drogas e suas ações no sistema nervoso e suas consequências - O básico - Sistema Nervoso - Influência das drogas e psicoativos no SN	

4. Você consegue trabalhar os conteúdos sobre drogas nas turmas de ciências que você leciona?	76,9%	0	23,1%	- É um tema que gera muitas perguntas. Por diversas vezes, mesmo não sendo o conteúdo aplicado, alguns alunos nos procuram para tirar dúvidas. - Identificação das drogas - Faço geralmente projetos com eles abordando vários temas junto com o uso das drogas: gravidez, estupro, perigos ao volante, como o organismo reage ao consumo de drogas... - Normalmente eu trabalho no último ano do Ensino médio quando a disciplina aborda as infecções, doenças, parasitas eu gosto de abordar mesmo n encaixando tanto no conteúdo. - Prevenção e conscientização com o uso de drogas	- O interesse dos alunos perante os conteúdos
---	-------	---	-------	--	---

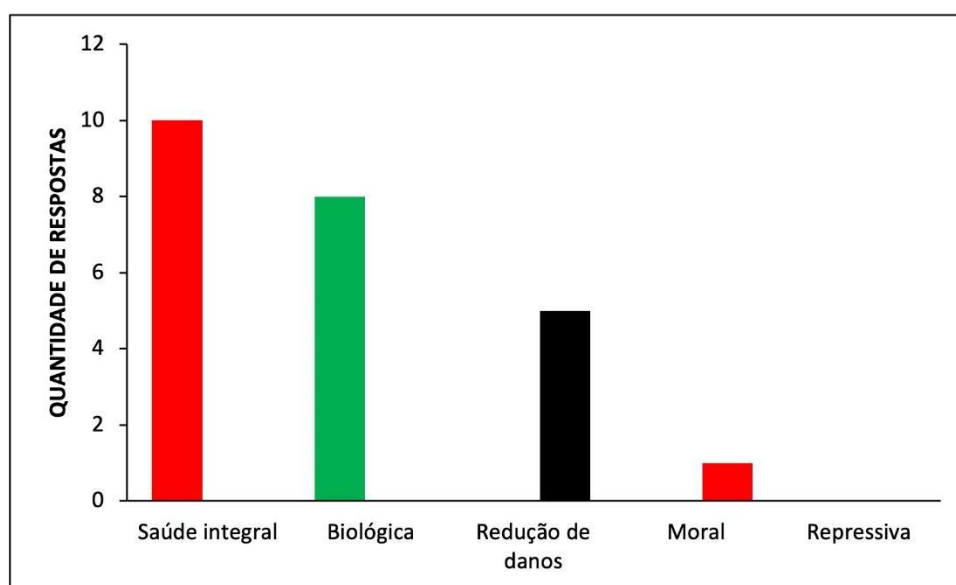
A maioria dos (as) docentes (76,9%) afirmaram que os conteúdos estão previstos nas turmas que lecionam e que conseguem trabalhar a temática sobre drogas nas aulas de ciências. Quando questionados quais conteúdos, metade dos (as) docentes citou aqueles que giram em torno do Sistema Nervoso. Nesse sentido, é necessário destacar que as informações referentes a efeitos e ações no organismo são importantes e constam nos materiais didáticos, entretanto, conforme já salientado, constituem apenas uma parte das abordagens. Foram mencionados também projetos que abordam o uso de psicoativos relacionado a questões como "estupro, gravidez, perigo ao volante", "infecções", "doenças", entre outros, o que pode apontar para uma abordagem estereotipada e amedrontadora em relação ao uso de drogas. Ainda havia a opção relacionada a "Quais dificuldades os (as) professores (as) enfrentavam para trabalhar os conteúdos em sala de aula. Apenas um (a) docente mencionou "O interesse dos alunos perante os conteúdos".

Os (as) docentes também foram perguntados (as) sobre a forma de abordagem adotada, sua visão sobre o papel da escola, processo formativo e formação continuada, conforme os gráficos 3, 4, 5 e 6.

Em relação a abordagem adotada, "Saúde integral" recebeu dez (10) respostas, "Biológica" oito (8), "Redução de danos" cinco (5), "Moral" (1) e "Repressiva" não foi citada. Paes e Paixão (2016) citam que a saúde integral nas escolas representa um conceito abrangente e comum que relaciona aspectos como promoção da saúde e

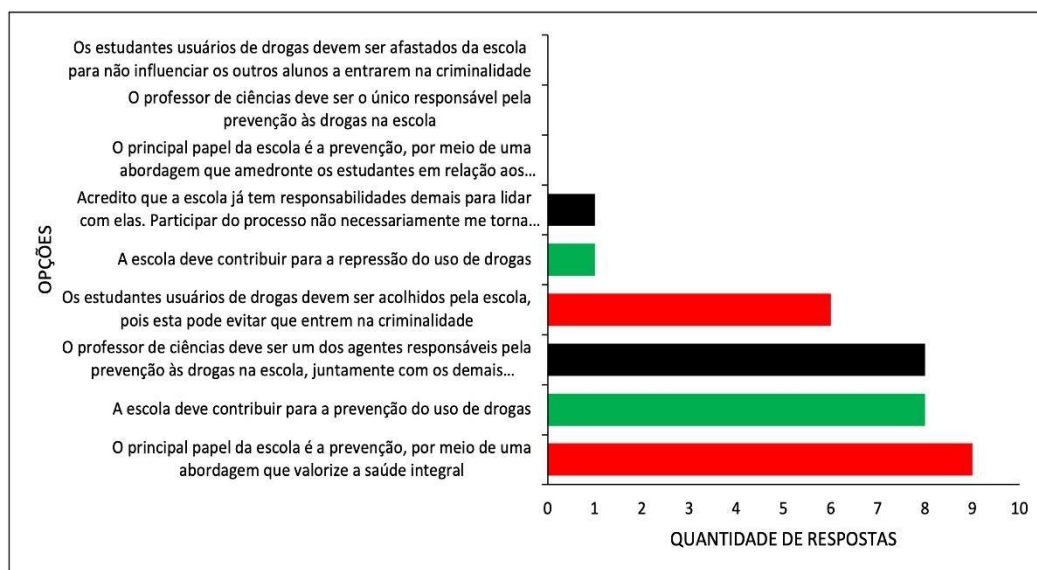
educação em saúde. Entretanto, as demais opções revelam aspectos mais restritos à temática, como por exemplo, a abordagem "Biológica". Ela coincide com os conteúdos mais citados na tabela 1 como "Influência dos psicoativos no Sistema Nervoso Central", confirmando uma tendência comum relacionada a abordagens que destacam efeitos e ações no organismo. A alternativa "Redução de danos" aparecer somente em terceiro, mostra que a estratégia é lembrada, no entanto ainda é baixa se comparada ao paradigma biomédico. Sodelli (2010) afirma que a RD na prevenção primária ainda pode encontrar resistência por parte de alguns (as) profissionais. Todavia, ressalta-se a importância da estratégia pelo fato de constituir contraponto às ações proibicionistas e abordar a temática de forma realista.

Gráfico 3. Assinale as alternativas que mais se aproximam da sua abordagem em relação às drogas na escola.



Fonte: O autor

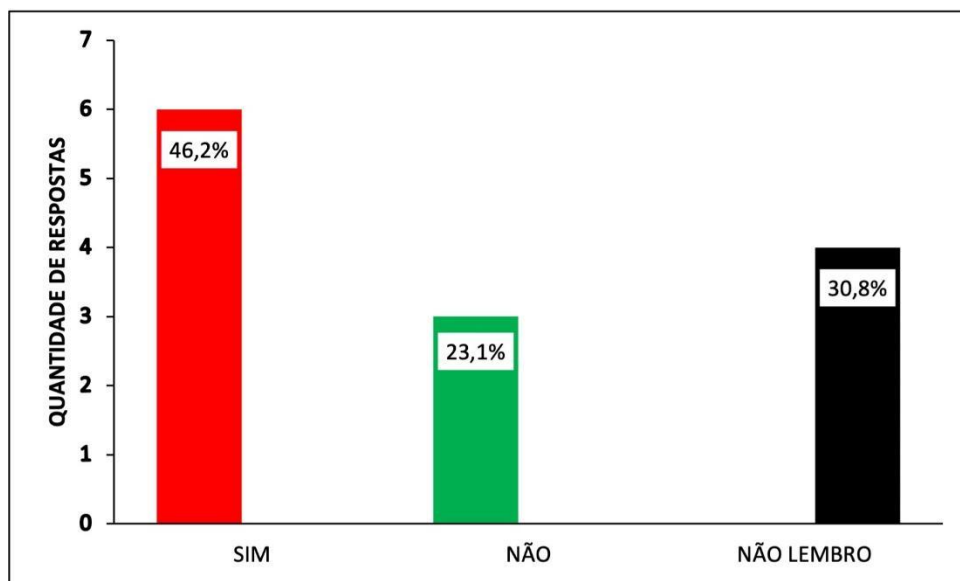
Gráfico 4. Assinale as alternativas que mais se aproximam da sua visão sobre o papel da escola no enfrentamento às drogas.



Fonte: O autor

Em relação à questão que buscava compreender a visão dos (as) professores (as) sobre o papel da escola no enfrentamento às drogas, nove (9) respostas indicaram que "O principal papel da escola é a prevenção, por meio de uma abordagem que valorize a saúde integral", oito (8) indicaram que "A escola deve contribuir para a prevenção do uso de drogas" e "O professor de ciências deve ser um dos agentes responsáveis pela prevenção às drogas na escola, juntamente com os demais profissionais". A opção "Os estudantes usuários de drogas devem ser acolhidos pela escola, pois esta pode evitar que entrem na criminalidade" recebeu seis (6) respostas. "A escola deve contribuir para a repressão do uso de drogas" e "Acredito que a escola já tem responsabilidades demais para lidar com elas" receberam apenas uma (1) menção cada. Opções que apontavam abordagens "amedrontadoras", "o professor de ciências como único responsável", ou que "os estudantes usuários de drogas deveriam ser afastados da escola" não receberam menções. Dessa forma, os dados do gráfico 4 apontam que os (as) docentes estão mais próximos dos ideais da promoção da saúde, do que de ideias proibicionistas e repressoras.

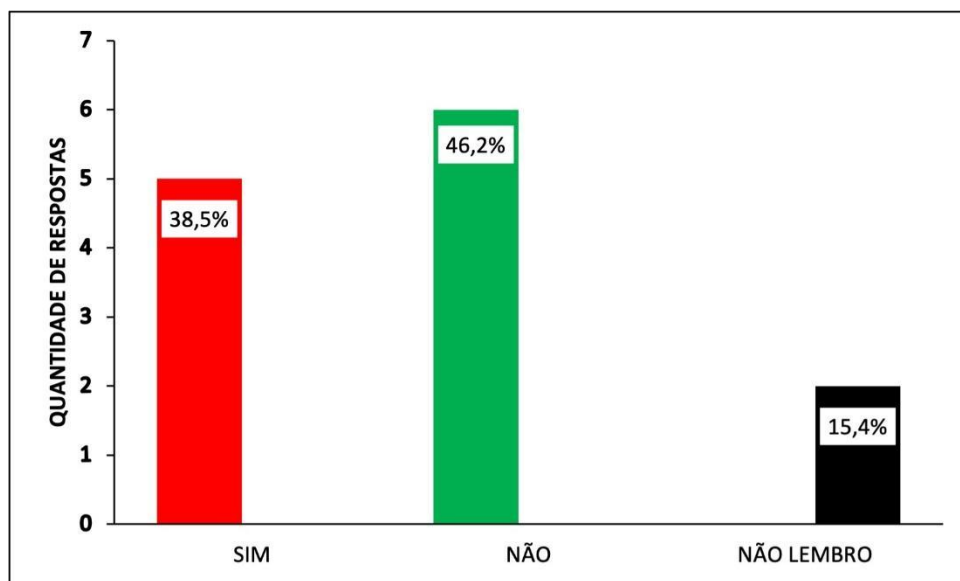
Gráfico 5. Você estudou sobre drogas durante seu curso de graduação em ciências?



Fonte: O autor

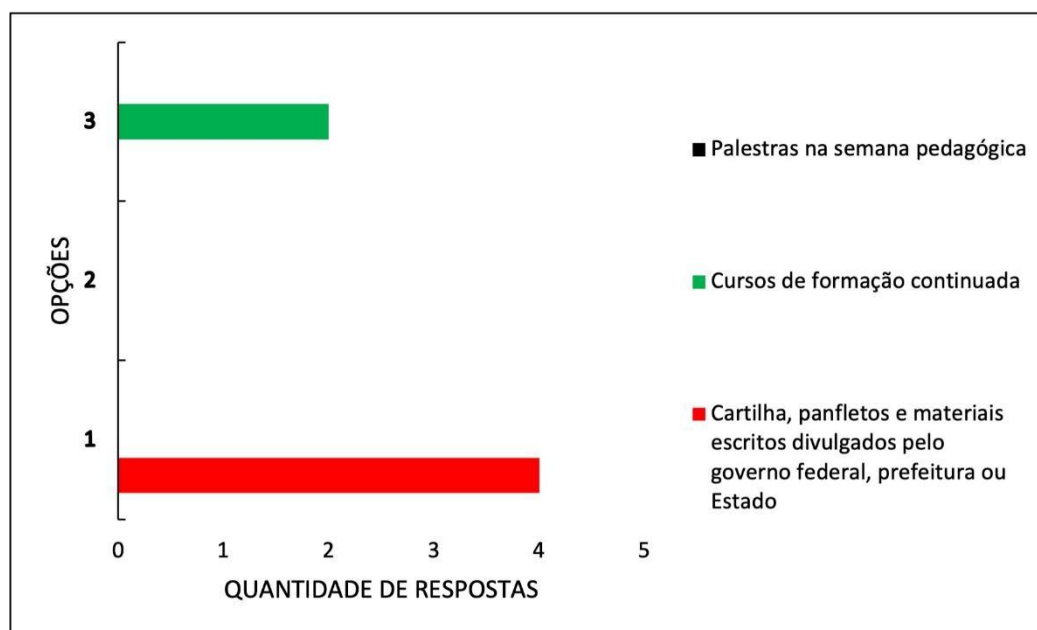
Em relação à formação inicial, menos da metade (46,2%) dos (as) respondentes afirmaram que estudaram sobre drogas durante o curso de graduação. Em relação ao conhecimento sobre o papel da escola no enfrentamento às drogas, 38,5% afirmaram não ter estudado esse assunto durante o curso de licenciatura. Cardia (2003) salienta que, em geral, não há no processo formativo orientação adequada quanto a temática das drogas, confirmando a tendência explicitada na pesquisa. Entretanto, o questionário ainda perguntava se os (as) docentes já receberam orientação do Estado no enfrentamento às drogas. De acordo com os dados, 35% afirmaram que não, 61,5% que sim. Entre aqueles que marcaram sim, foi perguntado como essas orientações chegaram conforme o gráfico 7.

Gráfico 6. Você estudou o papel da escola no enfrentamento às drogas durante o seu curso de licenciatura?



Fonte: O autor

Gráfico 7. Se sim, como chegaram essas orientações?

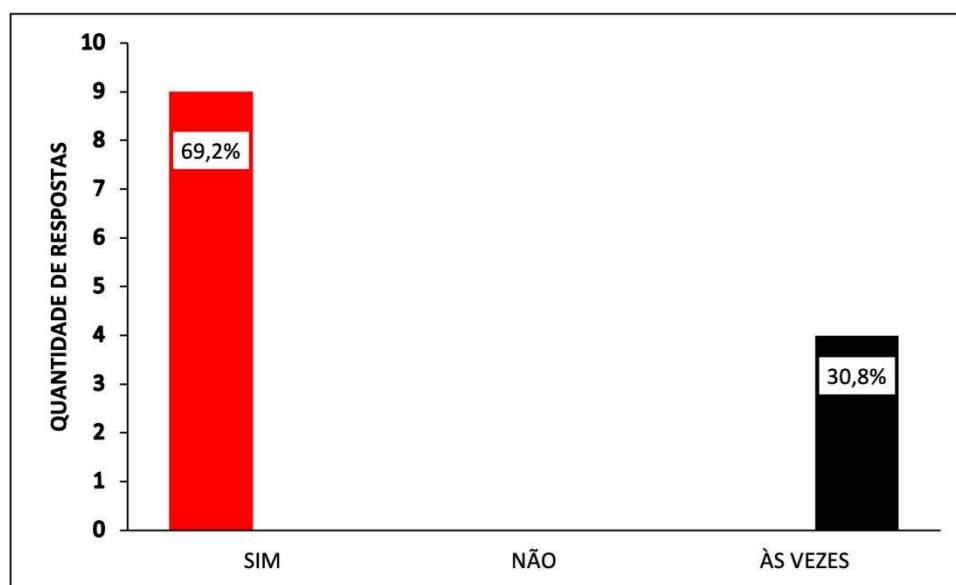


Fonte: O autor

Dos treze (13) participantes da pesquisa, apenas seis (6) responderam a essa pergunta. Dentre eles, quatro (4) afirmaram que as orientações se deram a partir de "Cartilha, panfletos e materiais escritos divulgados pelo governo federal, prefeitura ou Estado". Apenas dois (2) afirmaram que participaram de cursos de formação continuada. Coelho e Monteiro (2019) salientam que a lacuna deixada pela ausência de orientação durante a graduação, pode ser suprida através de formação continuada, inclusive na

modalidade de ensino à distância, tendo em vista que grande parte dos (as) docentes pode estar inserida em jornadas de trabalho exaustivas. Nesse sentido, o baixo índice de docentes que afirmam ter participado de cursos de formação continuada, indica que a oferta dessa modalidade ainda necessita de um maior alcance. "Palestras na semana pedagógica" não foi mencionada por nenhum dos participantes. O questionário também perguntou sobre os aspectos sociais, conforme apresentado na figura 8:

Gráfico 8. Você trabalha aspectos sociais em relação ao uso de drogas nas aulas de ciências?



Fonte: O autor

Mais da metade dos participantes (69%) declararam que trabalham os aspectos sociais em relação ao uso de drogas nas aulas de ciências. Moreira, Vólvio e Micheli (2015) alertam para o fato de que os (as) docentes são capacitados (as) para abordar os aspectos biomédicos, entretanto reforçam a importância dos aspectos sociais e individuais como forma de afastamento do reducionismo.

O questionário perguntou quais as dificuldades enfrentadas pelos (as) profissionais e quais os caminhos possíveis em relação à prevenção nas escolas, conforme aponta o quadro 3.

Quadro 3. Quais dificuldades e caminhos possíveis você identifica na sua escola em relação às drogas?

Pergunta	Respostas
Quais dificuldades e caminhos possíveis você identifica na sua escola em relação às drogas?	- A abordagem - Disponibilidade de tempo - Nenhum - Ausência de projetos com essa vertente - Na abordagem aos alunos - O fácil acesso dos alunos fora da escola - Amizades - A escola precisa se posicionar socialmente no sentido de ficar bem claro para a sociedade e o estado qual é o seu verdadeiro papel diante de tal problemática. Somos parceiros de um estado que empurra para dentro dos nossos muros responsabilidades que não nos compete e nos tornamos reféns de famílias que não assumem o seu papel de educar.

Fonte: O autor

Essa pergunta obteve oito (8) respostas, dentre estas, sete (7) apontavam dificuldades com a relação à abordagem, falta de tempo, ausência de projetos, fácil acesso dos estudantes às drogas fora da escola e amizades. Apenas um (1) participante afirmou que acredita que a escola recebe uma responsabilidade que não é dela, acrescentando que os (as) profissionais das escolas se tornam reféns de famílias que não assumem o papel de educadoras. Sobre tal posicionamento, Abramovay e Castro (2002) esclarecem que nas instituições educacionais, frequentemente, observam-se posturas estigmatizantes e conservadoras quanto aos papéis do Estado, da família e da própria escola. Portanto, não é incomum encontrar afirmações que seguem essa linha.

Destaca-se, assim, que o questionário proporcionou a abertura de um diálogo com o referencial teórico apresentado, podendo fazer correlações entre o que demonstram as pesquisas no tocante à prevenção do uso indevido de psicoativos, e o que afirmam os (as) docentes de Ciências que atuam nas escolas que ofertam o Fundamental II em Águas Lindas de Goiás.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa pretendeu traçar um breve panorama sobre a realidade da prevenção ao uso indevido de drogas nas escolas de Águas Lindas de Goiás que ofertam o Fundamental II. O questionário aplicado aos (as) professores (as) de Ciências possibilitou comparar as ações adotadas no território e como elas incidem sobre o trabalho destes (as) profissionais. De acordo com os resultados obtidos, percebe-se que setores da Segurança Pública, como a Polícia Militar, por meio do PROERD, e agentes da Polícia Civil tem forte presença no âmbito da prevenção no município. Embora tais estratégias sejam uma tendência nacional e bastante popular, ressalta-se que as ações se configuram como pontuais e/ou esporádicas, sendo insuficientes para dar conta da complexidade envolvida na prevenção ao uso indevido de drogas. Todavia, os (as) docentes afirmam abrir espaço para rodas de conversa com os (as) estudantes, o que possibilita abertura ao diálogo e à crítica, fatores preponderantes nas estratégias preventivas de promoção da saúde. A visão dos (as) docentes sobre o enfrentamento e a prevenção ao uso indevido de psicoativos nas escolas, bem como sua abordagem, refletem os ideais uma educação integral e com foco no acolhimento dos (as) estudantes. Entretanto, percebe-se que os conteúdos ainda giram em torno dos efeitos no organismo e à ação das drogas no Sistema Nervoso Central, reforçando a tendência à abordagem que privilegia aspectos biológicos. Todavia, uma parcela significativa afirma abordar os aspectos sociais, elemento considerado fundamental para o esclarecimento quanto aos fatores de risco e proteção. Nota-se baixo percentual de docentes que receberam orientação adequada durante a formação em licenciatura. Sobre esse aspecto, embora o município tenha recebido curso de formação continuada nos últimos anos, pesquisa recente mostra que grande parcela dos (as) docentes possuem contratos temporários, fazendo com que tal formação necessite de maior regularidade.

Diante disso, o município de Águas Lindas de Goiás, que não vivenciou um processo de planejamento urbano e organização, ainda apresenta uma realidade muito precária em relação à qualidade de vida, segurança e lazer, se comparado ao entorno do Distrito Federal. Tais indicadores socioeconômicos apontam um território vulnerável a fatores que possam aumentar as chances de um (a) adolescente se envolver com drogas, portanto, a superação de estratégias proibicionistas-repressivas constitui elemento fundamental. Espera-se que este trabalho de Conclusão de Curso possa servir de inspiração para que outros (as) pesquisadores (as) se interessem pela temática da

prevenção em Águas Lindas de Goiás, a fim de que mais estudos sejam produzidos, influenciando políticas públicas que rompam com modelos e estratégias que historicamente têm reproduzido desigualdade, exclusão e marginalização.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Gilberta (org.). *Avessos do prazer: drogas, AIDS e direitos humanos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. 310 p. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/bgqvfpdf/acselrad-9788575415368.pdf>. Acesso em: 16/05/2024.
- ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS. Secretaria Municipal de Educação. *Semana Municipal de Combate ao Crack*, 2017.
- ALBERTANI, H.M.B. **Diferentes relações com as drogas: abordagens na adolescência**. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. *Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas*. 6. ed., atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.
- ARAÚJO, C.M.M. **A escola como espaço de transformações sociais e individuais**. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. *Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas*. 6. ed., atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.
- ARROYO, M. G. A função social do ensino de ciências. *Em Aberto*, v. 7, n. 40, p. 35-42, out./dez. 1988. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?start=10&q=ensino+de+ciências&hl=pt-BR&as_sdt=0,5. Acesso em: 29/07/2024.
- BATISTA, A.S.; FRANÇA, K.C.B.; BERDET, M.; PINTO, M.A.B. Metropolização, homicídios e segurança pública na área metropolitana de Brasília: o município de Águas Lindas de Goiás. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 2, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/QKmwFP9NSwxQc6Vqdng3K8s/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26/05/2024.
- BORGES, J.S.; SUDBRACK, M.F.O.; ALMEIDA, M.M. **Situações de risco e situações de proteção nas redes sociais de adolescentes**. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. *Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas*. 6. ed., atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.
- BOTTO, T. L. K. *Drogas: um tema social discutido no estudo de Funções Orgânicas*. 2007. Repositório Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A3FG7W>. Acesso em: 14/06/2024.
- BRASIL. *Carta de Ottawa*. Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, Ottawa, novembro de 1986. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/carta_ottawa.pdf. Acesso em: 22/10/2023.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Histórico da PNAD*. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-protecao/politicas-sobre-drogas/subcapas-senad/historico-da-pnad>. Acesso em: 13/06/2024.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. VI Levantamento Nacional sobre o Consumo de Drogas Psicotrópicas entre Estudantes do Ensino Fundamental e Médio das Redes Pública e Privada de Ensino nas 27 Capitais Brasileiras. 2010.

Disponível em:

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/obid/publica%C3%A7%C3%B5es/VI%20Levantamento%20Nacional%20sobre%20o%20Consumo%20de%20Drogas%20Psicotr%C3%B3picas%20entre%20Estudantes%20do%20Ensino%20Fundamental%20e%20M%C3%A9dio%20das%20Redes%20P%C3%BAblicas%20e%20Privadas%20de%20Ensino%20nas%2027%20Capitais%20Brasileiras.pdf>. Acesso em: 20/02/2024.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: Ciências Naturais*. Brasília: MEC/SEF, 1998. 138 p. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ciencias.pdf>. Acesso em: 20/06/2024.

BUCHER, R.; OLIVEIRA, S.R.M. O discurso do "combate às drogas" e suas ideologias. *Revista de Saúde Pública*, 1994. **Disponível em:**

<https://www.scielo.org/pdf/rsp/v28n2/08.pdf>. Acesso em: 19/08/2024.

BUCHER, Richard. A ética da prevenção. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 23, n. especial, p. 117-123, 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/Gz3M7WdCGSDRCkSkX5PGSMf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06/05/2024.

CANOLETTI, B.; SOARES, C. B. Programas de prevenção ao consumo de drogas no Brasil: uma análise da produção científica de 1991 a 2001. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, fev. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832005000100010>. Acesso em: 31/10/23.

CARDIA, Edson. Da capacitação em toxicologia, psicofarmacologia e legislação na formação inicial de professores de Ciências e Biologia para a prevenção educacional ao uso abusivo de substâncias psicoativas. 2009. Dissertação (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Biblioteca Virtual de Teses e Dissertações. Disponível em:

<http://www2.fc.unesp.br/BibliotecaVirtual/DetalhaDocumentoAction.do?idDocumento=258#>. Acesso em: 16/05/2024.

CARDOSO, L. S.; SANTOS, M. V. F.; THOMAS, C. L.; SIQUEIRA, M. M. Fatores de risco e proteção para o consumo de drogas: conhecimento de estudantes de uma escola pública. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 37, n. especial, p. 147-157, dez. 2013.

Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/sdeb/2013.v37nspe1/147-157/pt>. Acesso em: 15/07/2024.

CARLINI-COTRIM, B.; PINSKY, I. Prevenção ao abuso de drogas na escola: uma revisão da literatura internacional recente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 69, p. 48-52, maio 1989. Disponível em: [publicações.fcc.org.br](http://publicacoes.fcc.org.br). Acesso em: 19/08/23.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Drogas nas escolas. In: **Drogas nas escolas**. 2002. 448p.

CAVALCANTI, L. P. de L.; OLIVEIRA, F. M. de; FONSECA, R. M. A. M.; GALLASSI, A. D. **Estudantes que usam drogas: como professores lidam e pensam sobre eles.** *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 27, e258761, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3539/2023/258761>. Acesso em: 05/03/2024.

COELHO, Francisco José Figueiredo; MONTEIRO, Simone. Como abordar o uso do álcool no ensino de química e demais ciências naturais? Perspectivas educativas centradas na redução de danos. *Revista de Educação, Ciências e Matemática*, v. 9, n. 1, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/35231/FranciscoCoelho_SimoneMonteiro_IOC_2019.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 13/05/2024.

COELHO, Francisco José Figueiredo; MONTEIRO, Simone. Ensino de ciências e biologia e educação sobre drogas: diálogos necessários. In: *Anais do IX EREBIO RJ/ES*. Rio de Janeiro, RJ, 15 a 17 jul. 2019. Disponível em: http://educacaosobredrogas.com.br/wp-content/uploads/2019/12/2019_Coelho-e-Monteiro.-ENSINO-DE-BIOLOGIA-E-EDUCACAO-SOBRE-DROGAS..pdf. Acesso em: 05/05/2024.

CONCEIÇÃO, M.I.G.; OLIVEIRA, M.C.S.L. **A proteção de adolescentes em situação de risco pelo envolvimento com drogas.** In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. *Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas*. 6. ed., atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

COSTA, O. S. Intervenções docentes na prevenção do consumo de drogas lícitas no ensino fundamental e médio: Uma perspectiva pedagógica. *Revista Multidisciplinar – Humanidades e Tecnologias*, 2023. Disponível em: https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/4895/2597. Acesso em: 14/06/2024.

COUTINHO, Bruna Luiza Matos et al. Álcool e drogas na adolescência: processo de trabalho no programa saúde na escola. *Journal of Human Growth and Development*, v. 27, n. 1, p. 28-34, 2017. ISSN 0104-1282. Disponível em: http://plataformas.inap.com.br/wp-content/uploads/2023/12/pt_04.pdf. Acesso em: 03/07/2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/vCGLjS5jHjRGXpPLGZNfxqQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17/06/2024

DUARTE, P.C.A.V.; DALBOSCO, C. **A política e a legislação brasileira sobre drogas.** In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. *Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas*. 6. ed., atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

ESTEBAN, Maria Teresa. Educação popular: desafio à democratização da escola pública. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 27, n. 71, p. 9-17, jan./abr. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 28/05/2024.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação*. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 45. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1974.

GUELLATI, Y. **Os jovens em seu bairro: efeitos de bairro e sociabilidades juvenis no município de Águas Lindas de Goiás**. 2015. 166 f., il. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/19386>. Acesso em: 25/06/2024.

LESSA, M.B. **AVANÇOS E DESAFIOS DO CURSO SEMIPRESENCIAL SAÚDE E SEGURANÇA NA ESCOLA EM ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS**. 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/mostraescolafiocruzbsb/472791-avancos-e-desafios-do-curso-semipresencial-saude-e--seguranca-na-escola-em-aguas--lindas-de-goias/>. Acesso em: 28/06/2024.

MACEDO, K. L.; SOUZA, L. C. S.; BRITO, M. D. O.; AGUIAR, C. S. O.; AGUIAR, W. S. Gestão escolar: drogas como tema transversal. *RACE – Revista de Administração do Cesmac*, v. 8, 2020. Disponível em: <https://revistas.cesmac.edu.br/administracao/article/view/1368/1053>. Acesso em: 03/05/2024.

MALTA, D. C. et al. O uso de cigarro, narguilé, cigarro eletrônico e outros indicadores do tabaco entre escolares brasileiros: dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2019. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 25, e220014, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepid/a/88wk8FJpJFd6np6MyGR84yF/?lang=pt>. Acesso em: 07/09/2023.

MELLO, Marcelo de. **Brasília e Águas Lindas de Goiás: consenso e dissenso na produção de corpos**. Ateliê Geográfico - Goiânia-GO, v. 7, n. 2, p.213-232, ago/2013. Disponível em: [HYps://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/15480/15104](https://revistas.ufg.br/ateliê/article/view/15480/15104). Acesso em: 24/06/2024.

MELO, J. S.; CAMPOS, V. G. O PROERD como política pública sobre drogas em Águas Lindas de Goiás. In: *ANAIS ELETRÔNICOS DA I CIEGESI / I ENCONTRO CIENTÍFICO DO PNAP/UEG*, 22-23 de junho de 2012, Goiânia, Goiás.

MOREIRA, A.; VÓLVIO, C. L.; MICHELI, D. D. Prevenção ao consumo abusivo de drogas na escola: desafios e possibilidades para a atuação do educador. *Educação e Pesquisa*, jan. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022015011670>. Acesso em: 05/11/23.

MÜLLER, A. C.; PAUL, C. L.; SANTOS, N. I. S. dos. Prevenção às drogas nas escolas: uma experiência pensada a partir dos modelos de atenção em saúde. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 25, n. 4, p. 607–616, 2008. DOI: 10.1590/S0103-166X2008000400007. Acesso em: 19/07/2023.

NASCIBEM, F. G.; VIVEIRO, A. A. Para além do conhecimento científico: a importância dos saberes populares para o ensino de ciências. *Revista Interações*, v. 11,

n. 39, 2006. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/8738>. Acesso em: 30/07/2024.

NICOLA, L. R. M.; SILVA, E. P. Extrema direita e a ideologia do determinismo biológico. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, v. 13, n. 1, p. 623–635, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/gmed.v13i1.41897>. Acesso em: 19/08/2023.

NOTO, A.R.; GALDURÓZ, J.C.F.; NAPPO, S.A. **O consumo de drogas psicotrópicas na sociedade brasileira**. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. *Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas*. 6. ed., atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

PASSOS, E. H.; SOUZA, T. P. Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 1, p. 154-162, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/zMk4Dq4gQ4XhH4dQgzScQRm/#>. Acesso em: 11/04/2024.

PEREIRA, A. P. D., & Sanchez, Z. M. (2020). Características dos programas escolares de prevenção ao uso de drogas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020258.28632018>. Acesso em: 29/10/23.

RAUPP, L.; ADORNO, R. C. F. Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo (SP, Brasil). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 5, p. 2613-2622, mai. 2011.

RIBEIRO, Tiago. Máquina de educar, máquina de prevenir: o modelo escolar ocidental e a emergência da prevenção às drogas na educação. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 34, n. 123, p. 441-455, abr./jun. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zq8ZTHDfPxZkPWVwwGq87xQ/?lang=pt>. Acesso em: 17/06/2023.

RIBEIRO, Wânier. *Drogas na escola: prevenir educando*. São Paulo: Annablume, 2005. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=6lAZXx0ZIWgC&oi=fnd&pg=PA38&dq=prevenção+drogas+escola&ots=B-8Q1U0ycY&sig=nnWArqWo35g2IiuhTCS3CBXm5pU#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 28/05/2024.

ROCHA, D. G.; MARCELO, V. C.; PEREIRA, I. M. T. B. Escola promotora da saúde: uma construção interdisciplinar e intersetorial. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v. 12, n. 1. São Paulo. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/39686/42544>. Acesso em: 19/06/2024.

RONZANI, Temo Mota; SILVEIRA, Pollyanna Santos da (orgs.). *Prevenção ao uso de álcool e outras drogas no contexto escolar*. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2014. 160 p. Disponível em: <https://www.dependencias.pt/ficheiros/conteudos/files/Cartilha.pdf>. Acesso em: 21/05/2024.

SANCHEZ, Z. M. et al. Fatores protetores de adolescentes contra o uso de drogas com ênfase na religiosidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 9, n. 1, p. 43-55, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/YTwMKjzPMWZVYg6dH334Myj/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 17/07/2024.

SANTOS, Maria Alcina Porfírio dos; MEDEIROS, Ranlig Carvalho de; MEDEIROS, Liliani Aparecida Sereno Fontes de. Drogas como temática para o ensino de Ciências: análise dos conteúdos e abordagens de livros didáticos de Ciências no Ensino Fundamental. *Revista Educação Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, 29 mar. 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/11/drogas-como-tematica-para-o-ensino-de-ciencias-analise-dos-conteudos-e-abordagens-de-livros-didaticos-do-ensino-fundamental>. Acesso em: 06/05/2024.

SILVA, C. dos S.; BODSTEIN, R. C. de A. Referencial teórico sobre práticas intersetoriais em promoção da saúde na escola. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, n. 6, p. 1777-1788, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/5QXfQJVsrDVPZY9WwDhmT8z/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 19/06/2024.

SILVA, Ione Gomes da; CRUZ, Pedro José Santos da C; FALCÃO, Emmanuel Fernandes. Educação popular e prevenção ao uso abusivo de álcool e outras drogas: tecendo algumas aproximações. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, Brasil, v. 28, n. 1, p. 247-261, jan./abr. 2019. Disponível em:

https://media.proquest.com/media/hms/PFT/1/Ry3ZD?_s=Q%2B4m80odXGVpG6%2BSoZWRtCRwNnU%3D. Acesso em: 28/05/2024.

SILVA, M. L.; COELHO, F. A educação sobre drogas no Brasil diante do novo ordenamento legal. *Linhas Críticas*, v. 28, e42176, 2022. DOI: 10.1590/1678-4626.

Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc28202242176>. Acesso em: 12/02/2024.

SIMÕES, C. A. et al. **Programas de Promoção de saúde integrados na política nacional de educação: o papel da escola na prevenção do uso de drogas**. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. Curso de prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas. 6. ed., atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

SODELLI, Maria. A abordagem proibicionista em desconstrução: compreensão fenomenológica existencial do uso de drogas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15, n. 3, p. 637-644, mai. 2010. Disponível em:

https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v15n3/v15n3a05.pdf. Acesso em: 17/06/2024.

SUDBRACK, M. F. O.; DALBOSCO, C.; PEREIRA, S. E. F. N. (Org.). *Adolescentes e drogas, lei e justiça: construções teórico-metodológicas para uma clínica da complexidade na sociedade*. 1. ed. Brasília: Link Comunicação e Design, 2015.

SUDBRACK, M.F.O.; CONCEIÇÃO, M.I.G.; RAMOS, M.E.C. **Escola em rede: políticas públicas integradas na prevenção do uso de drogas para crianças e adolescentes**. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. *Curso de*

prevenção do uso de drogas para educadores de escolas públicas. 6. ed., atual. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

TORCATO, Carlos Eduardo Martins. **A história das drogas e sua proibição no Brasil**: da Colônia à República. 2016. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.8.2016.tde-05102016-165617. Acesso em; 17/04/2024.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

Prezado (a) Professor (a) de Ciências de Águas Lindas de Goiás,

Convidamos você a participar da pesquisa "O Papel da Escola no Enfrentamento ao Uso Indevido de Drogas com foco na atuação de Docentes de Ciências em Águas Lindas de Goiás" realizada como Trabalho de Conclusão de Curso - TCC em Licenciatura em Ciências Biológicas no Instituto Federal de Ciências, Educação e Tecnologia de Goiás - IFG. A pesquisa é realizada pelo discente, Leonardo Barbosa Menezes, sob a orientação da Profa. Maraisa Bezerra Lessa.

O objetivo geral da pesquisa é investigar qual é o papel da escola no enfrentamento ao uso indevido de drogas com foco na atuação de docentes de Ciências Biológicas em Águas Lindas de Goiás. Este questionário, em especial, pretende investigar se as escolas de Fundamental II de Águas Lindas de Goiás desenvolvem ações de enfrentamento às drogas e como se dá a atuação de docentes de ciências.

Caso aceite o nosso convite, a sua contribuição se dará em responder este questionário e autorizar a publicação dos resultados em trabalhos acadêmicos. Garantimos seu anonimato e sigilo. Para tanto, não colocaremos o seu nome no questionário e no artigo acadêmico.

Caso você não queira participar da pesquisa, não sofrerá nenhuma penalidade. No entanto, reiteramos que a sua contribuição é muito importante podendo proporcionar um retorno social através da publicação dos resultados da pesquisa em relatórios, eventos e periódicos científicos, bem como o desenvolvimento de subsídios para o desenvolvimento de políticas públicas de enfrentamento às drogas.

Informamos que ao responder este questionário, você concordará em participar da pesquisa e permitirá que as informações coletadas sejam publicadas em artigos, seminários e demais trabalhos científicos. **Os dados pessoais (nome, endereço, telefone, e-mail, entre outros) serão mantidos em anonimato e as informações produzidas serão de uso confidencial.**

Você poderá, sem qualquer prejuízo, recusar-se a participar da pesquisa. Em qualquer tempo, poderá solicitar maiores informações sobre a pesquisa com a professora responsável pelo WhatsApp 61-981322792 ou email maraisa.lessa@ifg.edu.br.

Desde já, agradecemos a sua atenção e nos colocamos à disposição para esclarecimentos.

Leonardo Barbosa Menezes e Profa. Maraisa Bezerra Lessa.

1. A sua escola desenvolve ações de enfrentamento às drogas?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Desconheço

2. Se sim, quais ações a sua escola costuma desenvolver?

- ☐ PROERD
- ☐ Palestras com profissionais da segurança pública
- ☐ Palestras com profissionais da saúde
- ☐ Palestras com ex-dependentes químicos
- ☐ Palestra com religiosos
- ☐ Roda de conversa aberta para esclarecer os estudantes sobre o tema
- ☐ Projeto interdisciplinar
- ☐ A escola como um todo não, mas trabalho esse conteúdo na disciplina de ciências
- ☐ Programa Saúde na Escola

3. Está previsto conteúdos sobre drogas nas turmas de ciências que você leciona?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Desconheço

3.1– Se sim, quais os conteúdos?

4. Você consegue trabalhar os conteúdos sobre drogas nas turmas de ciências que você leciona?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Às vezes

4.1 – Se sim, quais os conteúdos?

4.2– Se não, por quê? Quais dificuldades você enfrenta?

5. Quais metodologias e recursos pedagógicos você utiliza para abordar drogas no ensino de ciências?

- ☐ Aula expositiva
- ☐ Seminários
- ☐ Rodas de conversa
- ☐ Pesquisas
- ☐ Visitas guiadas
- ☐ Debates
- ☐ Livro didático
- ☐ Filmes
- ☐ Músicas
- ☐ Slides
- ☐ Jornais e/ou revistas
- ☐ Lousa e pincel

- ☐ Jogos
- ☐ Aplicativos
- ☐ Internet
- ☐ Vivência de estudantes

6. Você trabalha aspectos sociais em relação ao uso de drogas nas aulas de ciências?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Às vezes

7. Assinale as alternativas que mais se aproximam da sua abordagem em relação às drogas na escola?

- ☐ Biológica
- ☐ Repressiva
- ☐ Redução de danos
- ☐ Moral
- ☐ Saúde integral

8. Você estudou sobre drogas durante seu curso de graduação em ciências?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não lembro

9. Você estudou o papel da escola no enfrentamento às drogas durante o seu curso de licenciatura?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não lembro

10. Você já recebeu alguma orientação do Estado sobre o papel da escola no enfrentamento às drogas?

- ☐ Sim
- ☐ Não

10.1 – Se sim, como chegaram essas orientações?

- ☐ Palestras na semana pedagógica
- ☐ Cursos de formação continuada
- ☐ Cartilha, panfletos e materiais escritos divulgados pelo governo federal, prefeitura ou estado

11. Assinale as alternativas que mais se aproximam da sua visão sobre o papel da escola no enfrentamento às drogas:

- ☐ A escola deve contribuir para a prevenção do uso de drogas
- ☐ A escola deve contribuir para a repressão do uso de drogas
- ☐ Os estudantes usuários de drogas devem ser acolhidos pela escola, pois a escola pode evitar que entrem criminalidade
- ☐ Os estudantes usuários de drogas devem ser afastados da escola para não influenciar os outros estudantes a entrarem na criminalidade
- ☐ O principal papel da escola é a prevenção, por meio de uma abordagem que valorize a saúde integral
- ☐ O principal papel da escola é a prevenção, por meio de uma abordagem que amedronte os estudantes sobre os malefícios do uso de drogas

() O professor de ciências deve ser o único responsável pela prevenção às drogas na escola

() O professor de ciências deve ser um dos agentes responsáveis pela prevenção às drogas na escola, juntamente com os demais profissionais da escola e a rede de proteção social, por meio de uma abordagem interdisciplinar que permeie o PPP da escola

12. Quais dificuldades e caminhos possíveis você identifica na sua escola em relação às drogas?

13. Caso você queira relatar algo que considere relevante e não tenha tido outro espaço, deixe seu comentário aqui.